



Universidade Federal do Rio de Janeiro

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

Amanda Gonçalves Murta

Prática Indiferenciada, Capitalismo Contemporâneo e Serviço Social

Rio de Janeiro

2015

Amanda Gonçalves Murta

Prática Indiferenciada, Capitalismo Contemporâneo e Serviço Social

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Mavi Pacheco Rodrigues.

Rio de Janeiro

2015

Agradecimentos

Não há palavras que expressem minha gratidão por poder estar hoje concluindo mais uma etapa da minha vida. Existem muitas pessoas as quais devo agradecer por essa conquista.

Primeiramente, agradeço a Deus pela vida e pela minha família, pela paz e pela força espiritual.

Durante a minha caminhada, quatro pessoas foram fundamentais para que eu seguisse sempre em frente: minha avó Nair, minha mãe Rosane, meu pai Agnaldo e meu namorado Gabriel.

Agradeço a minha avó Nair, a pessoa mais doce, compreensiva e amorosa que conheço. Obrigada por ser a voz da calma na minha vida e simplesmente por fazer parte dela.

Agradeço a minha mãe pela força, compreensão e zelo de sempre. Aprendi com você o quanto é importante ser independente e buscar os meus sonhos. Obrigada por acreditar em mim quando eu mesma não acreditava, por me incentivar, por me levantar quando caí e por sonhar meus sonhos.

Agradeço a meu pai por ser meu porto seguro, por ser meu exemplo. Obrigada por todo o apoio, por acreditar que eu poderia ser quem quisesse e por sempre ter se esforçado para me proporcionar o melhor.

Agradeço ao meu namorado, que está comigo desde o início dessa caminhada. Obrigada pelo incentivo, por acreditar em mim e ter a calma necessária para equilibrar o meu desespero, principalmente nessa reta final. Você foi muito importante!

À vocês quatro, nenhum agradecimento é suficiente.

Agradeço também a minha tia Neide por todas as orações, o incentivo e o carinho de sempre.

Obrigada a toda a Coordenação de Serviços de SMS pelo ambiente de debate, compromisso e respeito proporcionado.

Agradeço as minhas supervisoras Monique e Iná por serem exemplos de profissionais e pela relação de amizade construída. Todo estagiário deveria trabalhar com pessoas como vocês. À Monique especialmente, obrigada por todo o incentivo que me deu desde o primeiro dia. Você foi imprescindível nessa conquista. Sempre me lembrarei de você e de tudo que me ensinou. Tenho muito orgulho de ter sido sua primeira estagiária. Você é o exemplo de profissional que quero ser.

Agradeço a minha amiga de infância Adriana pelo companheirismo de sempre, pelas risadas, pela paciência e simplesmente por sempre ter me apoiado quando precisei.

Agradeço a minha amiga Thais pelo companheirismo nesses quatro anos de graduação.

Agradeço a minha amiga Mariana. Que sorte que tive de entrar na mesma pesquisa que você e encontrar uma amiga! Obrigada pelas palavras de apoio, pelos conselhos, pelas risadas, por me acalmar e por ser uma excelente companhia de quartas à tarde e à noite.

Agradeço também a minha orientadora Mavi Rodrigues por ter feito um excelente trabalho, por ter pressionado sempre pelo melhor e pelas oportunidades de aprendizado que me foram proporcionadas. Obrigada por tudo que me ensinou!

Existem diversas pessoas que passam por nossas vidas diariamente e que nos deixam algum tipo de aprendizado. A todas essas pessoas que de alguma forma contribuíram para que essa etapa fosse concluída, muito obrigada!

Resumo

MURTA, Amanda Gonçalves. **Prática Indiferenciada, Capitalismo Contemporâneo e Serviço Social**. Rio de Janeiro, 2015. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Este trabalho tem como tema central a discussão do Sincretismo da Prática do Serviço Social, seus elementos constituidores e rebatimentos atuais. O Sincretismo foi o fio condutor da profissão desde a sua institucionalização e legitimação no Capitalismo Monopolista até seu processo de Renovação nos anos de 1960. Embora o processo de Renovação do Serviço Social não seja analisado nessa monografia, partimos da hipótese de que a tese da estrutura sincrética profissional permanece atual, uma vez que o Capitalismo Contemporâneo, através das suas medidas anticrise, deflagradas pelo Estado capitalista desde o ano de 1975, não apenas repõe os determinantes sócio-históricos do sincretismo da prática profissional analisados por J. P. Netto; aprofunda também a prática indiferenciada do Serviço Social, em relação às suas protoformas e em relação a outros trabalhadores do social. O presente trabalho pretende ser apenas uma primeira etapa de um estudo crítico sobre as demandas (novas e velhas) postas à profissão no cenário atual e das respostas que a categoria organizada em suas entidades tem dado a essas demandas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
Capítulo 1 Serviço Social e Sincretismo	8
1 Serviço Social e Sincretismo	10
1.1 A “questão social”	13
1.2 O Cotidiano.....	21
1.3 A manipulação	27
1.4 Sincretismo da Prática.....	29
Capítulo 2 Capitalismo Monopolista e Trabalhadores do social.....	35
2.1 Fase Clássica.....	37
2.2 Fase Tardia	42
Capítulo 3 Capitalismo Contemporâneo e Prática Indiferenciada	51
3.1 Capitalismo Contemporâneo e Prática Indiferenciada	53
3.1.1 – Neoliberalismo e Indiferenciação Profissional.....	56
3.1.2 Reestruturação Produtiva e Indiferenciação Profissional	61
3.1.3 Financeirização e Indiferenciação Profissional	67
3.2 Prática Indiferenciada na Atualidade.....	70
Considerações Finais	81
Bibliografia.....	86

INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso é fruto do estudo da estrutura sincrética do Serviço Social, tese do professor José Paulo Netto, atividade desenvolvida no Projeto de Pesquisa Integrado “Capitalismo, Sincretismo e Serviço Social”, coordenado pelos professores Mavi Rodrigues, Marcelo Braz e Marcos Botelho e ao qual estive vinculada enquanto aluna de iniciação científica entre os anos de 2012 a 2015.

O objeto central dessa monografia é o sincretismo da prática, mais especificamente a prática indiferenciada, a partir da hipótese de que o capitalismo contemporâneo acentua, por novos meios, o sincretismo da prática profissional, presente no Serviço Social desde a sua gênese.

A escolha do objeto deste trabalho foi também influenciada pela experiência de estágio profissional na Petrobras. O ambiente empresarial proporcionou a experiência da inserção do Serviço Social nas equipes multidisciplinares de trabalho e a dificuldade da delimitação das áreas de atuação dos diversos profissionais atuantes nas mesmas. Identificamos tal dificuldade como sendo a indiferenciação da prática, que é, portanto, uma questão recorrente no cotidiano profissional, que trás questionamentos e inquietações para a categoria.

No primeiro capítulo nos dedicamos a uma análise aproximativa dos três fundamentos materiais da estrutura sincrética do Serviço Social: as demandas histórico-sociais que demandam a intervenção do Serviço Social, o horizonte do exercício profissional e sua modalidade específica de intervenção. Posteriormente, nos aprofundamos em nosso objeto de estudo, a prática indiferenciada,

demonstrando que tal indiferenciação do Serviço Social é dupla: em relação às suas protoformas e em relação às outras profissões do social¹.

No segundo capítulo nos voltamos para a discussão do capitalismo monopolista, fase do capital na qual o Serviço Social surge e se institucionaliza, ou seja, que ocupa um lugar na divisão social e técnica do trabalho, a partir de um estudo introdutório de alguns clássicos da tradição marxista que se dedicaram à análise das particularidades dessa etapa do modo de produção capitalista, como V. Lenin, E. Mandel, P. Sweezy, P. Baran e H. Braverman.

No último capítulo buscamos refletir sobre o capitalismo contemporâneo e a prática indiferenciada do Serviço Social. Analisamos de que maneira as formas encontradas pelo capital para responder à sua crise – neoliberalismo, reestruturação produtiva e financeirização – impactam a prática do Serviço Social e conformam toda uma categoria de trabalhadores do social para administrar o cotidiano, acentuando a indiferenciação do fazer profissional. Dedicamos um item especificamente para analisar o Serviço Social em relação a outros profissionais do social.

As considerações finais tecem reflexões a partir do conteúdo da monografia, seguindo como linha de trabalho as legislações profissionais sobre o trabalho do assistente social.

É importante frisar que este é um trabalho que porta conclusões provisórias e, portanto, é parte de um estudo que precisa ser aprofundado.

¹ Refiro-me aqui ao livro “O trabalhador Social”, de Verdes-Leroux, no qual a autora tipifica vários tipos de profissionais que lidam com o campo do trabalho social, o qual, segundo a mesma, encontra-se marcado pela concorrência, conflitos entre as profissões, divisão rígida e movediça do real, especialização e intervenção fragmentária. O Serviço Social tenta, então, melhorar seu status profissional (marcado pelo estigma dos mais pobres, da ajuda material) e definir um lugar para a profissão. Essa temática será discutida no terceiro Capítulo do presente Trabalho de Conclusão de Curso.

Capítulo 1

Serviço Social e Sincretismo

O presente capítulo é resultante do esforço de uma apreensão – dentro dos limites de um Curso de graduação - dos argumentos centrais da tese da estrutura sincrética do Serviço Social elaborada por José Paulo Netto (2011). Para Netto, tal estrutura foi a condutora da profissão da sua origem até os anos de 1960 – quando se inicia a Renovação profissional. Contudo, o mesmo autor identificou traços da sua presença na análise do Serviço Social renovado brasileiro.

Essa tese é objeto de polêmica com a professora Marilda Yamamoto (2012). Nosso objetivo não é enfrentar tal polêmica, porém acreditamos que o Sincretismo é uma tese atual e, portanto, que é necessário discuti-la, visto que a mesma lança luz a aspectos importantes da prática profissional na atualidade, como os constantes questionamentos e angústias profissionais sobre a especificidade do Serviço Social. Não nos dedicamos tampouco a analisar se e por qual meio a profissão enfrentou esse sincretismo.

Temos por objetivo somente explorar os vetores extraprofissionais do sincretismo da prática que independem da vontade dos assistentes sociais e permanecem atuantes no capitalismo contemporâneo.

Portanto, abordaremos os três elementos constituintes do sincretismo e especificamente, a prática indiferenciada.

1 Serviço Social e Sincretismo

Para compreendermos o peculiar sincretismo do Serviço Social, é preciso, primeiramente, realizar a discussão da sua estrutura teórico-prática, ou em outras palavras, é necessário examinar a sua estrutura sócio histórica, o seu estatuto profissional. O sincretismo não é característica exclusiva do Serviço Social, mas em nossa profissão, por motivos sócio-históricos, assume contornos mais acentuados.

Veremos no decorrer do presente capítulo que o sincretismo profissional incide sobre a esfera teórica, ideológica e prática, sendo esta última (o sincretismo da prática) a base que alimenta os dois outros sincretismos, o científico e o ideológico. Veremos também que o sincretismo da prática no Serviço Social se expressa por meio de uma prática indiferenciada em relação às protoformas da profissão e em relação a outras profissões do âmbito social.

O Serviço Social, como todas as outras profissões existentes, responde a uma necessidade real de determinada sociedade, a capitalista. Isso significa dizer que a profissão Serviço Social surge para atender determinada demanda, ocupando determinado espaço na divisão social e técnica do trabalho, ou seja, tem determinada função profissional e um objeto de sua prática.

Localizamos o surgimento do Serviço Social na Era Monopolista do Capitalismo, momento no qual as expressões da “questão social”, produzidas pelo desenvolvimento desse modo de produção, assentado na contradição capital x trabalho - e cuja maior expressão é a contradição entre a produção socializada e a apropriação privada - tornam-se mais agudas e diversificadas, a exigirem do Estado burguês uma intervenção sistemática para além da repressão das camadas mais pauperizadas; respostas, mesmo que fragmentadas, pontuais e seletivas, para as necessidades de tais camadas.

A profissão Serviço Social, que surge para atender a demanda supracitada da sociedade capitalista, é diferente das ações de caridade feitas pela Igreja ou pelas primeiras-damas. Isso quer dizer que essa profissão se distingue da caridade, de ações assistemáticas que não tinham articulação com um pressuposto teórico para a prática. Mas ao mesmo tempo carrega elementos de continuidade em relação àquelas.

Assim, recusamos a interpretação endógena da profissão, que entende o Serviço Social a partir dele mesmo, como uma sistematização da caridade. Em outras palavras, negamos que a profissão seja resultante da maturação das protoformas, da incorporação de saberes por essas formas não profissionalizadas de ajuda, como se houvesse um cume do desenvolvimento das mesmas que levasse, impreterivelmente, à profissionalização e as alterações nas formas de atendimento das demandas.

Pelo contrário, afirmamos que o Serviço Social desenvolveu seu estatuto profissional levando em conta as demandas externas da sociedade, que determina a necessidade de determinada profissão e o seu lugar na divisão social e técnica do trabalho; e a capacidade interna de atendimento da profissão - compreendendo nesse ponto o sistema de saber no qual está ancorada - às demandas externas colocadas.

Uma vez que as demandas externas são históricas, elas se alteram com o tempo e cabe à profissão atender às novas requisições, a partir do seu arcabouço teórico-prático – tal como o fizera o Serviço Social no passado, quando predominava em seu seio um horizonte teórico e ideológico conservador e os agentes profissionais pautavam sua intervenção no tripé caso-grupo-comunidade. Assim,

entendemos que as alterações no estatuto profissional são colocadas por essa dinâmica e não em razão de uma mudança em seu estatuto teórico.

Em outras palavras, é a dinâmica entre as demandas externas e a capacidade de atendimento da profissão que alteram a prática, e não uma mudança nos conteúdos teóricos que altera a prática.

Entretanto, reconhecemos que a equalização do estatuto profissional ao teórico e até mesmo a subsunção do primeiro ao segundo foi um mecanismo utilizado para a demarcação da profissão Serviço Social em relação a suas protoformas, ou seja, de construir uma auto-imagem profissional diferente. Uma vez que as protoformas não eram ancoradas em um sistema de saber, foi dado relevo a ligação da profissão a um sistema de saber, qual seja, as ciências sociais.

A dificuldade de entendimento do que foi discutido acima é creditada a própria natureza sócio profissional do Serviço Social e “é desta que decorrem, posta a carência de um referencial teórico crítico – dialético, as peculiaridades que fazem dele um exercício prático-profissional medularmente sincrético” (NETTO, 2011, p.92). Assim:

o sincretismo nos parece ser o fio condutor de afirmação e do desenvolvimento do Serviço Social como profissão, seu núcleo organizativo e sua norma de atuação... O sincretismo foi um princípio constitutivo do Serviço Social (IDEM).

O Sincretismo é, então, constituinte do Serviço Social e se faz presente em todas as formas de sua prática, está presente no seu surgimento, desenvolvimento e legitimação profissional. O sincretismo foi um elemento presente na profissão - não só em sua prática, mas também em suas dimensões teórico e ideológicas - desde o momento do seu surgimento até iniciar-se o processo da sua Renovação (na década de 1960). Netto, em seu livro Ditadura e Serviço Social, no qual analisa a Renovação no Brasil, indica, ainda, a persistência do Sincretismo nas três perspectivas teórico

profissionais que participaram desse processo: Reatualização do Conservadorismo, Intenção de Ruptura e Modernizadora.

Segundo Netto, tal estrutura sincrética do Serviço Social tem três determinantes ou fundamentos: o universo de demandas à profissão, a questão social; o horizonte ou espaço de sua atuação profissional, o cotidiano; e a sua modalidade específica de intervenção, a manipulação de variáveis empíricas. Cabe destacar que esses três determinantes independem da vontade e consciência dos agentes profissionais, visto que dizem respeito à inserção da profissão na divisão social e técnica do trabalho e que, como pretendemos mostrar no último capítulo desse Trabalho de Conclusão de Curso, permanecem atuais.

1.1 A “questão social”

A “questão social” pode ser definida como o conjunto de mazelas produzidas pelo desenvolvimento da sociedade capitalista, como o desemprego, a pobreza, a fome, a falta de moradia, entre outros. Nas palavras de Yamamoto e Carvalho,

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (2011, p. 84).

Segundo Santos (2012), isso não quer dizer que em outros modos de produção, como o feudal e o escravocrata, não havia exploração, propriedade privada ou diferenciações e desigualdade entre classes. A diferença é que no capitalismo a fonte da extração do excedente, bem como a produção das desigualdades é a exploração da força de trabalho livre. E mais: a dinâmica de acumulação de capital instaura uma nova dinâmica na produção do pauperismo. Se antes, em outros modos de produção, esse era uma decorrência da insuficiência das

forças produtivas, no modo de produção capitalista o pauperismo é gestado na mesma proporção do desenvolvimento das forças produtivas. Ou seja, a pauperização cresce à medida que cresce a produção da riqueza e o acúmulo de capital.

Para entender isso, faremos uma rápida exposição das etapas desse modo de produção, demarcando o que concerne à questão social.

O modo de produção capitalista instaura uma nova dinâmica de produção dessas mazelas e de relação com o trabalho, que tem como objetivo a produção de mais valia através da exploração da força de trabalho.

O primeiro estágio do capitalismo, o comercial (século XVI a XVIII), tem início com a acumulação primitiva ou acumulação do excedente econômico. Esse período compreende os chamados *enclosures* e a Reforma Protestante.

Os *enclosures* foram os “cercamentos” realizados nas terras dos camponeses, os expropriando das mesmas para dar lugar a pastos para ovelhas. Nas palavras de Santos, os “cercamentos” consistiram “na pura e simples expropriação dos camponeses de suas terras objetivando transformá-las, majoritariamente, em pastagens para ovelhas” (SANTOS, 2012, p. 31), colocando essas pessoas à disposição para trabalhar em troca de um salário.

A Reforma Protestante, ao desapropriar os bens da Igreja Católica, também impactou os camponeses, que tinham direito aos dízimos da Igreja. Assim, esse processo torna a força de trabalho livre dos meios de produção e de seus meios de subsistência.

Compreende-se também nesse período o surgimento das manufaturas e, conseqüentemente, a constituição de classes antagônicas e fundantes do Modo de Produção Capitalista, a burguesia, proprietária dos meios de produção, e a classe

proletária, composta por trabalhadores “livres” dos meios de produção e obrigada a vender sua força de trabalho para sobreviver, se submetendo à exploração por parte dos proprietários. A dinâmica anterior é explicitada por Netto e Braz:

Se tal propriedade é privada, particular (de um membro do grupo, de um conjunto de membros), as relações decorrentes são de antagonismo, posto que os proprietários dos meios de produção fundamentais apropriam-se dos frutos do trabalho dos produtores diretos, ou seja, estes são explorados por aqueles (...) Nas sociedades onde existe a propriedade privada dos meios de produção fundamentais, a situação dos membros da sociedade depende de sua posição diante desses meios; a propriedade privada dos meios de produção fundamentais divide-os em dois grupos, com interesses antagônicos: os proprietários e os não-proprietários dos meios de produção fundamentais – em síntese, na propriedade privada está a raiz das classes sociais (2010, p.60).

Nesse momento, os trabalhadores das manufaturas - grandes espaços ou oficinas nos quais os artesãos desempenhavam suas tarefas - ainda ligados ao artesanato, tinham o conhecimento de todo o processo produtivo, mas não eram mais detentores dos meios de produção e estavam num espaço que a eles não pertencia, porém dominavam o conhecimento dos processos de trabalho, configurando assim, a subsunção formal do trabalho ao Capital. Os comerciantes, por sua vez, compravam e vendiam por um preço a mais essas mercadorias, obtendo lucro.

Nesse período histórico, é importante destacar que a burguesia carregava consigo uma bandeira histórica de emancipação, ou seja, era uma burguesia revolucionária. Tal classe, ainda no feudalismo, já tinha o poder econômico, mas lhe faltava o poder político, ou seja, derrubar um sistema político baseado nos laços de sangue, na dominação política da nobreza e do clero, que nada produziam para a economia e eram classes parasitárias. A burguesia precisava, para o desenvolvimento do seu Estado e dominação política, econômica e social, derrubar

o Estado Absolutista², baseado na personificação do poder na figura de um Rei e na ausência de direitos dos indivíduos.

O próximo período, o concorrencial (XVIII a XIX), é resultado das chamadas Revoluções Burguesas, a Francesa e a Industrial.

A Revolução Francesa de 1789 coroa a passagem de um modo de produção feudal para o modo de produção capitalista, com a concretização do já citado domínio político, econômico e social da classe burguesa, que ascende ao poder com o apoio da nascente classe operária, que identifica na burguesia os seus objetivos de emancipação. O Estado Absolutista colocava entraves ao pleno desenvolvimento do capitalismo “e a burguesia tratou de removê-lo, num processo que culminou em 1789” (IDEM, p. 24). Assim, “enterrado o Antigo Regime, abre-se o século XIX com o Estado criado pela burguesia triunfante, o Estado Burguês” (IDEM, p. 25), construído de acordo com os interesses dessa classe.

Com a nascente indústria, os trabalhadores, que já não detinham os meios de produção, agora passam a ter o conhecimento parcial de seu processo de trabalho, havendo a subsunção real do trabalho ao capital, e os ideais emancipatórios conclamados pela burguesia mostram-se cada vez mais longe de se concretizarem agora que a mesma estava no poder.

Os trabalhadores das fábricas eram intensamente explorados, atuando em extensas jornadas de trabalho, sendo submetidos a compressões salariais e, portanto, produzindo mais-valia absoluta. As mulheres e crianças, que “além de oferecerem menor resistência à disciplina (...) eram úteis também às necessidades

²A Revolução Francesa é um marco de constituição do Estado Moderno, mas vale ressaltar que na Inglaterra, berço da Revolução Industrial, o absolutismo havia sido derrubado em 1689, mas o que ficou restrito àquele local.

crescentes de superexploração da força de trabalho” (SANTOS, 2012, p. 36), também tiveram sua capacidade laborativa incorporada no processo de produção nesse período.

A concentração das fábricas, aliada ao processo de migração da força de trabalho para as cidades a procura de trabalho, deu impulso a um processo de urbanização acelerado e desestruturado. Como consequência desse processo, podemos observar o alastramento de doenças, da fome, da miséria e das moradias de baixa qualidade, como exemplos do processo de pauperização ao qual a classe trabalhadora era submetida. Santos destaca que

Era flagrante a ausência de investimentos em infraestrutura urbana, o desprezo pelas condições de vida operária, significativos níveis de morbidade, mortalidade infantil e adulta, habitações em locais insalubres, doenças, fome, baixos salários (2012, p. 37).

Também destacamos que a mão-de-obra desempregada e subempregada constitui um constante exército industrial de reserva – produto da Lei Geral de Acumulação Capitalista - uma vez que

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva do seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. [...] E] quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial (MARX, 1894, I, 2: 209 in NETTO e BRAZ, 2010, p.138).

Os trabalhadores, então expostos a condições de vida desumanas semelhantes, começam a questionar sua própria condição e exigir respostas, melhorias para tais condições a partir de 1830, ano este que “determina o início daquelas décadas de crise no desenvolvimento da nova sociedade que se concluem com a derrota das revoluções de 1848 e com o gigantesco salto econômico depois de 1851” (HOBSBAWM, 2005, p. 162 in SANTOS, 2012, p. 31). Assim, a classe operária se constitui como uma força política, reivindicando melhores condições de

vida e trabalho, instaurando um momento de crise da nova sociedade burguesa constituída. Desse modo,

A força de trabalho reagia à exploração extenuante, fundada na mais-valia absoluta, om a extensão do tempo de trabalho, e também à exploração do trabalho de crianças, mulheres e idosos. A luta de classes irrompe contundente em todas as suas formas, expondo a questão social: a luta dos trabalhadores com greves e manifestações em torno da jornada de trabalho e também sobre o valor da força de trabalho (BEHRING e BOSCHETTI, 2011, p.54).

Nesse momento de passagem à consciência de classe, os trabalhadores identificam a gênese dos problemas que vivem: a propriedade privada dos meios de produção, que instaura uma produção social de mercadorias realizada pelos trabalhadores e a apropriação privada desses produtos pelos capitalistas, proprietários dos meios de produção, ou em outras palavras, o antagonismo entre capital e trabalho.

O ano de 1848 é um marco no que diz respeito a essa crise societária instaurada. O antagonismo entre as duas classes protagonistas, burguesia e proletariado, é exposto definitivamente. A burguesia, outrora revolucionária, agora assume caráter conservador, ou seja, após chegar ao poder, é necessário conservar a ordem por ela estabelecida

Em vez da “liberdade” prometida ao povo que lutou pela causa da burguesia, apenas esta havia verdadeiramente “lucrado” e, após conquistar o que queria, essa classe consolidou novas estruturas de dominação às quais submeteu a maioria da população (SANTOS, 2012, p. 39).

O Estado constituído pela burguesia é o seu Estado, que age de acordo com os interesses da classe dominante e à serviço da exploração dos dominados. O Estado burguês pode apenas garantir a emancipação política e a igualdade formal-jurídica. Para a emancipação humana ser alcançada é também necessária a igualdade social e a econômica, impossíveis em uma sociedade pautada na exploração da maioria por uma minoria detentora da propriedade privada dos meios de produção. Ao proletariado, derrotado em junho de 1848, cabe o ideal de

emancipação humana, cabe a essa classe o ideário revolucionário. Porém, mesmo com a derrota dessa classe, percebemos que

Junho de 1848, portanto, é um divisor de águas na constituição da “questão social”. Primeiramente porque expõe, em sua radicalidade, o antagonismo entre os projetos das duas classes fundamentais do capitalismo. Mostra, com clareza, que a gênese de todos os problemas dos trabalhadores residia na propriedade privada “abolida para nove décimos” da população (Marx, [s.d.], p.33), impossibilitando qualquer tipo de aliança com a burguesia, interessada em conservá-la (SANTOS, 2012, p. 42).

Por meio dessa explanação, entendemos que a questão social, o pauperismo, é criado por essa dinâmica exploratória e se apresenta de diversas maneiras ou expressões, como o desemprego, os problemas de habitação, as doenças causadas pelo desenvolvimento. A questão social, é necessário colocar, é diferente de outras formas de desigualdade de outros modos de produção da humanidade.

Entendemos que na sociedade capitalista o desenvolvimento inédito das forças produtivas poderia suplantar o pauperismo, mas essa mesma sociedade, cuja capacidade produtiva poderia suplantar o pauperismo, gera a pobreza, num de seus polos, e acumula a riqueza, no outro. Dessa maneira, “não se está designando como “questão social” a desigualdade e a pobreza indiscriminadamente e sim aquelas que têm sua existência fundada pelo modo de produção capitalista” (IDEM, p. 28)

Em suma, podemos dizer que a questão social tem suas bases na Lei Geral de Acumulação Capitalista. O capital não corresponde apenas a produção de mercadorias, mas também a produção e reprodução das relações sociais que sustentam esse modo de produção.

Isso quer dizer que é necessário que existam duas classes antagônicas, uma que só tenha a sua força de trabalho para vender e obter o seu sustento e outra que, sendo dona dos meios de produção, possa comprar essa capacidade de produzir para explorá-la. De um lado está o capitalista e de outro o trabalhador, em uma relação na qual o primeiro explora o segundo e acumula riquezas. Em outras

palavras, a produção, que é social, tem sua acumulação privada e o processo de acumulação de capital polariza “de um lado, uma gigantesca massa de valores e de outro, uma imensa concentração de pobreza” (NETTO e BRAZ, 2010, p. 137), visto que as riquezas produzidas pelo trabalhador não se convertem em bens ou melhorias de vida para eles, mas são deles expropriados. Assim sendo, “em todos os espaços em que se desenvolveu e desenvolve a acumulação capitalista, o resultado é essa polarização riqueza/pobreza” (IDEM).

A acumulação de capital resulta em uma acumulação de miséria para a classe trabalhadora. Quanto mais essa dinâmica é desenvolvida, maior também é o exército industrial de reserva, a população sobrando (para os interesses imediatos do capital) que não está ocupada nas atividades produtivas e que é utilizada, dentre outras maneiras, como forma de depreciar os salários dos trabalhadores ocupados.

Assim, a questão social, objeto do Serviço Social, está pautada na dinâmica contraditória de um modo de produção específico; é por ela produzida, ou seja, não é natural.

O último estágio capitalista, o imperialista, apresenta, por sua vez, um aprofundamento nunca antes visto nas expressões da questão social. No capítulo 2 voltaremos a tratar do estágio Imperialista, buscando ressaltar suas principais características, mas por agora basta ressaltar que é no imperialismo que as refrações da “questão social”³ crescem a níveis nunca antes vistos e tomam formas diferentes e mais complexas:

É conhecido até que ponto o capitalismo monopolista intensificou todas as contradições do capitalismo. Basta indicar a carestia da vida e a opressão dos cartéis. Esta intensificação das contradições é a força motriz mais poderosa do período histórico de transição iniciado com a vitória definitiva do capital financeiro mundial (LENIN, 2008, p.124).

³ É importante ressaltar que o termo “questão social” é um conceito polifacetado e polimórfico, que permite descortinar pouco das lutas de classe e das contradições presentes na sociedade. Em outras palavras, o conceito pouco elucidado os mecanismos que conformam de fato a “questão social”, tendo baixo potencial heurístico e não sendo, portanto, uma categoria.

1.2 O Cotidiano

O cotidiano é o espaço no qual o Serviço Social realiza a sua atividade prática profissional. Ele é, antes de qualquer característica, base ineliminável da vida social e, portanto, insuprimível. O homem não existe fora do cotidiano, âmbito no qual produz a vida humana e material e reproduz as relações sociais que sustentam o modo de produção no qual vivem. Netto explica essa dinâmica:

Na ótica da lukacsiana, a vida cotidiana é insuprimível. Não há sociedade sem cotidianidade, não há homem sem vida cotidiana. Enquanto espaço-tempo de constituição, produção e reprodução do ser social, a vida cotidiana é ineliminável. O que, em Lukács, não lhe confere nenhum caráter meta-histórico: se em toda sociedade existe e se põe a cotidianidade, em cada uma delas a estrutura da vida cotidiana é distinta quanto ao seu âmbito, aos seus ritmos e regularidades e aos comportamentos diferenciados dos sujeitos coletivos (grupos, classes etc) em face da cotidianidade [...] O cotidiano não se descola do histórico – antes, é um de seus níveis constitutivos: o nível em que a reprodução social se realiza na reprodução dos indivíduos enquanto tais (2005, p. 66).

Entendemos então que, no cotidiano, os modos de se comportar ou as hierarquias da cotidianidade são construções históricas e não oposições à história. O cotidiano não é pura e simplesmente o mundo do familiar, repetitivo e automático, em oposição à história, que seria o que corta com a familiaridade da cotidianidade. Essa oposição leva a interpretações equivocadas, pois

separada da História, a cotidianidade é esvaziada e reduzida a uma absurda imutabilidade, enquanto a história, separada da cotidianidade, se transforma em um colosso absurdamente importante, que irrompe como uma catástrofe sobre a cotidianidade, sem poder muda-la, sem poder eliminar a banalidade nem lhe dar um conteúdo (KOSIK, 1976, p. 84).

Assim, a cotidianidade, uma vez que é história, não é natural e muito menos imutável. O cotidiano também revela outras características, apontadas por Lukács e Heller.

A primeira delas é a heterogeneidade, “isto é, a vida cotidiana é caracterizada por um conjunto de ações e relações heterogêneas que contém em seu bojo certa hierarquia” (Carvalho, 2005, p. 25). Na vida cotidiana se manifestam fenômenos de

natureza diversa, como o trabalho, o lazer, a vida privada, a vida política. A depender do momento histórico, um desses fenômenos ocupa um lugar mais alto e os outros se organizam a partir dele, como por exemplo, em uma sociedade na qual o trabalho tenha papel central.

Esta ordem hierárquica garante a organicidade da vida cotidiana [...] Esta heterogeneidade hierarquizada – em movimento – da vida cotidiana introduz uma certa sucessão linear de gestos, atos e atividades repetitivas no dia-a-dia. A rotina, característica da cotidianidade, é feita exatamente desta sucessão linear e repetitiva (IDEM).

Outra característica da cotidianidade é a imediaticidade. O agir no âmbito do cotidiano necessita de uma conduta imediata e, portanto, sem muitas mediações entre pensamento e ação. Assim, “a conduta específica da cotidianidade é a conduta imediata, sem a qual os automatismos e o espontaneísmos necessários à reprodução do indivíduo enquanto tal seriam inviáveis” (NETTO, 2005, p. 67). A conduta, então, do cotidiano, não favorece a conexão com o humano genérico, uma vez que fica restrita às ações dos indivíduos em particular.

Por último, destacamos a superficialidade. O homem não consegue concentrar toda a sua atenção e toda a sua força em uma única atividade, mas concentra todas as suas atenções e todas as suas forças em diversas atividades. Os processos parecem, então, singulares e sem relação com a totalidade das relações sociais e os indivíduos os assimilam de maneira acrítica, uma vez que “o indivíduo responde levando em conta o somatório dos fenômenos que comparecem em cada situação precisa, sem considerar as relações que os vinculam” (IDEM).

Dessa maneira, entendemos que a vida cotidiana é

o conjunto de atividades que caracteriza a reprodução dos homens singulares que, por seu turno, criam a possibilidade da reprodução social. Isso significa que, na vida cotidiana, o indivíduo se reproduz diretamente enquanto indivíduo e reproduz indiretamente a vida social. Toda reprodução que ultrapassa o imediato na vida cotidiana deixa de ser cotidiana.

Na vida cotidiana o homem aprende as relações sociais e as reproduz enquanto instrumento de sobrevivência.

Mas o homem não é só sobrevivência, só singularidade. O homem é, ao mesmo tempo, singular e genérico (CARVALHO, 2005, p. 26).

Na cotidianidade estão presentes em um único indivíduo o sujeito singular, o “eu”, com seu modo também singular de ser, e o gênero humano, as conquistas histórico sociais da humanidade. Suas ações, seus valores, seu comportamento são atravessados por essas duas “dimensões” do ser. A suspensão do cotidiano, “meio de acesso” ao humano genérico, acontece quando o indivíduo opera procedimentos de homogeneização do cotidiano, concentrando toda a sua atenção e todo seu esforço em uma única atividade. Isso pode se realizar, segundo, Heller de quatro maneiras: pelo trabalho criador, pela arte, pela ciência e pela moral. Essas suspensões são temporárias, mas cortam com a cotidianidade, favorecendo um afastamento da mesma e sua reflexão crítica. Ao final, o indivíduo que operou tal atividade volta para a mesma cotidianidade, mas pode se comportar de maneira mais eficaz no mesmo cotidiano e enxergá-lo de maneira diferenciada.

Um último e importantíssimo traço da cotidianidade é que ela é perpassada também pela alienação. Embora a alienação seja anterior ao capitalismo, nesse Modo de Produção, no qual a produção mercantil se universalizou e se tornou dominante a forma mercadoria e o valor de troca, a mesma adquire particularidades. A especificidade da alienação no capitalismo é o fetiche, que atribui aos fenômenos sociais uma aparência de coisa (reificação), dotando as coisas, na sua aparência, de atributos e qualidades que são humanas:

Quando esta (sociedade burguesa) se apresenta constituída, a estrutura das representações e das relações alienadas se transforma qualitativamente: antes, resultantes do baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas, do desconhecimento da legalidade objetiva da natureza e da tendencial supressão das mediações sociais na aparência da troca mercantil (quando esta já se operava), elas se articulavam principalmente pela deslocação que transferia atributos sócio-humanos a sujeitos míticos; agora, com um alto grau de desenvolvimento das forças produtivas e com o progressivo e acelerado desvelamento da legalidade do mundo extra-humano, a aparente supressão das mediações sociais organiza-as com a atribuição das qualidades humanas (reais e/ou virtuais) a formas exteriores que se revestem de uma substancialidade objetual (INETTO, 2005, p. 80).

Segundo Netto, “a questão é a seguinte: a produção mercantil dominante, no mesmo processo em que revela o caráter social do trabalho, reveste com um envoltório a-social o seu produto” (1981, p. 40).

O fetiche pode promover essa inversão porque ele tem uma base objetiva. Para esclarecer como isso ocorre devemos tratar sumariamente da Lei do Valor.

Sabemos que o valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho social necessário para sua produção e seu preço é expresso em dinheiro. Também é de nosso conhecimento que as mercadorias são trocadas de acordo com a Lei do Valor, que passou a regular as relações econômicas.

De acordo com Netto e Braz, a produção de mercadorias, sob as bases da divisão social do trabalho e da propriedade privada dos meios de produção, se desenvolve de maneira espontânea e independente da decisão privada de produtores isolados que decidem o que será produzido e em qual escala; em outras palavras, o conjunto da produção de mercadorias se opera anarquicamente, uma vez que a produção capitalista em sua totalidade não se orienta segundo um planejamento que leve em conta a real necessidade do mercado.

Toda empresa isolada, privada, é autônoma, isto é, seu proprietário é independente, e decide o tipo e a quantidade de bens que produzirá. Sobre a base da propriedade privada, ele tem à sua disposição os equipamentos produtivos e as matérias-primas necessárias e, como proprietário legalmente competente, dispõe dos produtos de seu negócio. A produção é administrada diretamente pelos produtores de mercadorias isolados e não pela sociedade. A sociedade não regula diretamente a atividade de trabalho de seus membros, não determina o que vai ser produzido nem quanto (RUBIN, 1987, p.21).

A produção, por consequência, não dispõe de mecanismos de regulação e planejamento que permitam aos homens um controle consciente daquilo que deve ser produzido e isso é expresso, por exemplo, na abundância de um produto no mercado em uma ocasião e na falta do mesmo em outra, o que poderia causar

problemas para a reprodução da sociedade, visto que suas necessidades reais não estariam sendo atendidas.

A regulação necessária a essa anarquia da produção aparece através da concorrência no mercado e é operada pela Lei do Valor. Essa regulação, como não é iniciativa dos produtores, aparece para eles como uma imposição de uma força externa e estranha que os obriga a redimensionar a sua produção privada.

Para que a produção mercantil se desenvolva é necessária uma ampla divisão do trabalho: vários ramos da produção, dependência mútua entre os produtores, sendo o trabalho privado de cada um deles parte do conjunto do trabalho da sociedade, do trabalho social. Entretanto, é próprio da produção mercantil ocultar do trabalho social a sua característica elementar - ser social e não apenas privado. O produtor privado administra sua produção isoladamente, como vimos acima, e, portanto, atua como se fosse inteiramente independente dos outros produtores, e por isso seu trabalho, que é parte do trabalho social, aparece-lhe como trabalho privado.

O produtor só se confronta com o caráter social de seu trabalho no mercado: sua interdependência em relação aos outros produtores individuais é explicitada no momento de compra e venda das mercadorias – quando se confrontam as mercadorias e seus valores de troca -, ou seja, as relações sociais dos produtores aparecem como se fossem derivadas do poder das mercadorias em estabelecer o elo entre os homens, as relações sociais. A mercadoria passa a ser, então, expressão das relações entre os homens. Pelo fato da troca mercantil ser regulada pela lei do valor, que não resulta do controle consciente dos homens, e opera independentemente da vontade do produtor, ocorre uma inversão, na qual a mercadoria, criada pelos homens, aparece como algo que lhes é alheio e os domina.

As relações sociais entre os homens, no mercado, aparecem como relações entre coisas, que parecem autônomas e a isso denominamos fetichismo da mercadoria.

A coisa adquire características sociais específicas, numa economia mercantil (por exemplo, as propriedades de valor, o dinheiro, o capital etc.), graças às quais a coisa não só oculta as relações de produção entre as pessoas, como também as organiza, servindo como elo de ligação entre as pessoas. Mais exatamente, ocultam as relações de produção precisamente porque as relações de produção só se realizam sob a forma de relações entre coisas. (IDEM, p. 25).

No momento que a sociedade burguesa chega ao seu período Imperialista, essa dinâmica, a exemplo da questão social, se torna mais complexa: “o típico da vida cotidiana contemporânea, aquela própria do capitalismo tardio, é a reificação das relações que o indivíduo enquanto tal desenvolve” (NETTO, 2005, p. 86). A alienação presente na produção passa a irradiar para todas as esferas da vida dos indivíduos, ela “desborda a esfera da produção, domina a circulação e o consumo e articula uma indução comportamental que penetra a totalidade da existência dos agentes sociais particulares – é o inteiro cotidiano dos indivíduos que se torna administrado” (IDEM, 1981, p. 81). Em outras palavras, “o cotidiano torna-se objeto de todos os cuidados: domínio da organização, espaço-tempo da autoregulação voluntária e planejada... a cotidianidade seria o principal produto da sociedade dita organizada, ou de consumo dirigido” (LEFEBVRE, 1991, p.82)

O Serviço Social é chamado a administrar os componentes heteróclitos, as variáveis empíricas dessa cotidianidade, para administrar ou programar o cotidiano dos indivíduos. É demandado a esse profissional que dê respostas imediatas e pontuais para o “problema” que a ele se apresenta de forma isolada em relação à totalidade complexa.

O Serviço Social não tem o poder de resolver a questão social. Desconsiderar isso pode conduzir os agentes profissionais a uma postura messiânica que superestima suas capacidades de resposta dentro de uma instituição empregadora.

É importante então que o profissional tenha uma posição crítica em face da vida cotidiana e da cotidianidade de sua prática, que entenda a dinâmica que perpassa as demandas profissionais e que compreenda também que o seu estatuto de assalariado lhe impõe limites profissionais. A maneira como o Serviço Social opera essa administração do cotidiano se dá através do último fundamento do Sincretismo profissional, a manipulação de variáveis empíricas.

1.3 A manipulação

O último determinante da estrutura sincrética do Serviço Social é a manipulação de variáveis empíricas. Tal manipulação, além de ser a demandada à profissão, é a forma pela qual a atuação profissional é legitimada perante os empregadores e a sociedade em geral.

No cotidiano, o assistente social é chamado a organizar os componentes heterogêneos da cotidianidade de certos grupos sociais, buscando, através de diversas formas, “como disciplinamento da família operária, ordenação de orçamentos domésticos e a recondução das normas vigentes de comportamentos transgressores” (NETTO, 2005, p. 96), reorganizar e manter a coesão do mesmo cotidiano. Essa forma de intervenção profissional é chamada por Netto de “manipulação planejada”.

O assistente social deve então ressituar os componentes heterogêneos da cotidianidade à mesma estrutura do cotidiano e deve organizar o último em sua dinâmica intrínseca, além de operar uma mudança da realidade. Tal mudança é operada por meio da manipulação e implica uma intervenção para rearranjar, para alterar o que é apresentado enquanto um “problema”, mas nunca o resolver, uma vez que tais problemáticas são nada menos que expressões da “questão social” na

sociedade e a resolução das mesmas implicaria a evicção da ordem capitalista. Verdès-Leroux, em sua obra “*O Trabalhador Social: hábitos, ethos, formas de intervenção*” já apontava a “ausência quase completa de uma demanda social solvável” como uma característica própria de todas as profissões do social.

A partir do que foi explicitado anteriormente, entendemos que a atuação profissional realiza, portanto, através da manipulação, a operação de um rearranjo na vida dos indivíduos que são público alvo de sua ação profissional e vivenciam, conseqüentemente, as diversas expressões da questão social. Nesse sentido, compreendemos também que a questão social não pode ser resolvida dentro da ordem do Capital, pois como pontuou Verdès-Leroux, “o campo do trabalho social deve sua estrutura particular à ausência quase completa de uma demanda social solvável” (1986, p.83). Assim, o assistente social, que nunca poderá resolver as situações para as quais é demandada a sua intervenção, atua no sentido de amenizar ou dar respostas às demandas colocadas à profissão nos diversos campos de trabalho, respostas essas temporárias e pontuais, mas também legítimas para a classe trabalhadora e necessárias à continuidade do Modo de Produção Capitalista.

Embora constituída para servir aos interesses do capital, a profissão não reproduz monoliticamente necessidades exclusivas do capital: participa também de respostas às necessidades legítimas de sobrevivência da classe trabalhadora, enfrentadas, seja coletivamente, através dos movimentos sociais, seja na busca de acesso aos recursos sociais existentes, através de equipamentos coletivos que fazem face aos direitos sociais do cidadão (IAMAMOTO, 2011, p. 100).

É importante colocar também que não estamos usando o termo manipulação em uma conotação negativa, mas sim no sentido de intervenção e rearranjo dentro da ordem existente, embora pelos empregadores a demanda seja, majoritariamente, no sentido de controle e adaptação dos indivíduos. A manipulação seria um conjunto de “ações voltadas para mudanças na maneira de ser, sentir, de ver e agir dos indivíduos” (IDEM, p. 101), podendo implicar tanto em uma adaptação à ordem

social vigente, como a uma ação profissional comprometida com os ideários de emancipação, a qual exige um posicionamento em favor da classe trabalhadora e o fortalecimento da consciência crítica.

Manipular as variáveis empíricas apresentadas na demanda é recolocar essas na mesma ordem, ou seja, preservar a reprodução das relações sociais que sustentam esse modo de produção, ao mesmo tempo em que são dadas respostas as demandas da população usuária, visto que o que está colocado nessa dinâmica é a luta de classes; não apenas a coerção, mas também o consenso e adesão de uma classe ao projeto político e econômico de outra, sendo necessário, portanto, que sejam dadas resposta às necessidades dos usuários, mesmo que nos moldes indicados.

1.4 Sincretismo da Prática

O Sincretismo do Serviço Social, condicionado através dos três fatores anteriormente explicados – “questão social”, cotidiano e manipulação – manifesta-se de três maneiras: sincretismo teórico, sincretismo ideológico e sincretismo da prática. Pelo fato do sincretismo da prática condicionar os outros dois tipos, de acordo com Netto, o mesmo é o objeto de estudo dessa monografia e é ele que nossa análise privilegiará.

Já foi colocado no início deste capítulo que o Serviço Social engendrou esforços para se diferenciar de suas protoformas⁴. Tais esforços podem ser

⁴Segundo Yamamoto, "O serviço social se institucionaliza e legitima como profissão, extrapolando suas marcas de origem no interior da Igreja, quando o Estado centraliza a política assistencial, efetivada através da prestação de serviços sociais implementados pelas grandes instituições" (2004, p. 95).

percebidos na recorrência ao conhecimento das ciências sociais, na sistematização da formação profissional, na produção de uma documentação própria da categoria e na inserção da intervenção profissional dentro das formas de organização institucionais e públicas.

No entanto, mesmo com esses esforços, **o que era colocado enquanto demanda para as protoformas se configura também como o mesmo eixo de demandas do Serviço Social;** e mais: **a validação e legitimação dessas duas atividades, que são substancialmente diversas, é a mesma,** ou seja, o que conta é a eficácia da manipulação de variáveis empíricas. Em outras palavras, mesmo que a atuação das protoformas tenha a “questão social” como sua “matéria prima” e sua atuação seja diversa do Serviço Social, o que se espera socialmente da atuação do assistente social e o que era esperado das protoformas é a mesma resposta e o mesmo resultado da atuação, seja profissional ou não. Para melhor explicitar essa dinâmica recorreremos a uma citação longa, porém elucidativa:

A profissionalização instaurou idealmente um quadro de referência e de inserção prático-institucional que cortou com as protoformas do Serviço Social. A representação intelectual do processo social, das mazelas que nele comparecem, das requisições técnicas que seu diagnóstico e tratamento reclamam etc. – estes passos, formalizados pelo assistente social, apenas episodicamente encontram-se nos agentes assistencialistas. A validação efetiva destes passos, todavia, permaneceu jungida à mesma eficácia que validava a prática assistencialista – a eficácia na manipulação de variáveis empíricas, no rearranjo da organização do cotidiano. Se, idealmente, a profissão colocou as bases para uma peculiar intervenção sobre as refrações da “questão social”, faticamente, esta intervenção não se ergueu como distinta. Noutros termos: a forma da prática profissional, nas suas resultantes, não obteve um coeficiente de eficácia capaz de diferenciá-la de outras práticas, profissionais ou não, incidentes sobre a mesma problemática (NETTO, 2011, p. 100).

Essa dinâmica cria o que Netto chama de “anel de ferro que aprisiona a profissão”: a profissão “corta” com (se diferencia de) suas protoformas, porém em termo de seus resultantes, a profissão Serviço Social não se legitima socialmente de maneira muito diversa das ações assistemáticas, caritativas e assistenciais.

Tal indiferenciação em relação às protoformas pode parecer controversa, uma vez que o Serviço Social é diferente daquelas, ele é *uma profissão* inserida na divisão social e técnica do trabalho e, portanto, assalariada. Tal controvérsia pode ser esclarecida quando refletimos sobre os condicionantes de uma profissão. Em outras palavras, o limite não se encontra dentro do Serviço Social, ou seja, não é endógeno à profissão, mas sim decorre da dinâmica da sociedade capitalista em sua era monopolista, que demanda tanto à profissão quanto as suas protoformas um mesmo resultado prático: a eficácia da manipulação das variáveis empíricas. A demanda profissional é fruto de vetores externos ao Serviço Social e, portanto, não é controlada pela profissão, mas é colocada para ela. Portanto, a indiferenciação profissional não pode ser resolvida apenas pelo esforço interno da categoria profissional e nem pela força de ordenamentos jurídico-legais.

Existe também uma segunda indiferenciação: a relacionada às outras profissões⁵ do social que também tem na “questão social” o seu objeto de intervenção e no cotidiano o seu espaço de atuação e, ainda, partilham entre si o caráter ideológico ou sócio-educativo do seu agir.

A prática do Serviço Social não conseguiu se diferenciar de outras práticas, sejam profissionais ou não, que incidem sobre o mesmo objeto que o seu, a “questão social” ou sobre o mesmo espaço de atuação profissional, o cotidiano. Assim, a prática do Serviço Social se caracteriza como uma prática indiferenciada em relação aos resultantes tanto das protoformas da profissão quanto a outras profissões do campo do social, o que expressa o sincretismo da prática.

⁵ Vide nota de rodapé número 1.

Essas duas indiferenciações do Serviço Social – com relação às suas protoformas e com outras profissões do social – favorecem o que podemos chamar de crise de identidade profissional⁶, sobre a qual Netto discorre:

Do lado de sua clientela imediata, toda a validação profissional tende a ser promovida no interior de uma moldura que derroga a base própria da profissionalização – a moldura das suas protoformas filantrópicas. Do ângulo dos seus financiadores diretos, a sua legitimação torna-se variável da sua funcionalidade em relação aos objetivos particulares que colimam. Do ponto de vista da estrutura institucional, é tanto mais requisitado quanto mais as refrações da “questão social” se tornam objeto de administração, independente da sua modalidade de intervenção. Da parte de outros tecnólogos sociais, aparece situado como o vetor do jogo multiprofissional mais próximo à clientela imediata. E, na perspectiva dos teóricos (“cientistas”) sociais, surge como a profissão da prática (2011, p. 104).

O assistente social possui, então, diversas imagens perante sujeitos diferentes e é requisitado para diversas demandas e práticas profissionais. Tal dinâmica resulta na obscuridade da especificidade profissional, na qual “a profissionalização permanece um circuito ideal, que não se traduz operacionalmente” (IDEM) e na busca pelos profissionais por “um campo “próprio” de trabalho, enquanto área “específica” que lhe atribua *status* e facilite o seu reconhecimento profissional” (IAMAMOTO, 2011, p.41). Ou ainda, nos termos de Netto em seu livro “Capitalismo Monopolista e Serviço Social”: o específico da profissão se traduz, na realidade, na sua inespecificidade operatória.

Como efeito direto dessa inespecificidade, sublinhamos a aparente polivalência da prática, visto que é “próprio da prática que se toma sincreticamente não somente a sua translação e aplicação a todo e qualquer campo e/ou âmbito (...) revelando a sua indiferenciação operatória” (NETTO, 2011, p. 106).

O Serviço Social é requisitado para as mais diversas demandas institucionais, sendo a ele colocada a resolução de diversas problemáticas, da mais simples a mais

⁶Embora Iamamoto discorde da Tese da Estrutura Sincretica do Serviço Social, a autora também aborda a crise de identidade do assistente social como um dilema oriundo da inserção da profissão na divisão social e técnica do trabalho em constante renovação.

complexa, seja da sua competência ou não. Para ilustrar, o assistente social é chamado pela instituição para dar informações básicas do seu funcionamento, como horários de abertura e para fazer acompanhamento social. Costa (2000), por exemplo, estuda o Serviço Social na saúde e identifica diversas requisições institucionais ao profissional, como ações de caráter educacional, informativa e comunicativa em saúde, planejamento e assessoria, mobilização e participação e sendo as mais requisitadas as de caráter emergencial e assistencial.

Sendo assim, o papel do assistente social é difuso e tal polivalência é “a mais nítida consequência da peculiaridade operatória do Serviço Social (...)E, sobretudo, a expressão cabal do sincretismo que permeia todos os interstícios de sua prática” (IDEM, p. 105).

Vale ressaltar que a polivalência não interdita as especializações ou delimitações de campos de prática do Serviço Social. Além disso, a polivalência da prática pode se configurar também em estratégia profissional para alargar o seu campo de intervenção através da capacidade interventiva e criadora dos assistentes sociais. Nas palavras de Yamamoto:

A indefinição ou fluidez do que é ou do que faz o Assistente Social, abrindo-lhe a possibilidade de apresentar propostas de trabalho que ultrapassem a mera demanda institucional. Tal característica, apreendida às vezes como estigma profissional, pode ser utilizada no sentido da ampliação do seu campo de autonomia (2011, p. 102).

Por essa exposição, entendemos que o sincretismo da prática se traduz na prática indiferenciada e que é ela que alimenta o sincretismo teórico e o sincretismo ideológico.

O sincretismo da prática será retomado no Capítulo 3 deste Trabalho de Conclusão de Curso, no qual serão abordadas as inflexões do Capitalismo Contemporâneo para a prática indiferenciada e, conseqüentemente, para a prática

profissional sincrética e também serão analisados então, os constituintes da tese de Netto, visando um estudo, mesmo que inicial, de sua atualidade e reposição.

Capítulo 2

Capitalismo Monopolista e Trabalhadores do social

Neste capítulo nos dedicamos a incorporar aspectos da reflexão marxista acerca das particularidades da etapa imperialista do capitalismo que ajudam a compreender melhor o surgimento do Serviço Social e, conseqüentemente, da sua estrutura sincrética.

O ponto de partida da nossa análise são os aspectos estruturais da dinâmica dos monopólios apontados por Lenin em “*O Imperialismo: Fase Superior do Capitalismo*” que não se circunscrevem a seu período clássico, uma vez que atravessam todas as demais fases que o imperialismo conheceu desde então. Buscamos abordar, também nesse capítulo, aspectos próprios da segunda fase da era monopolista, denominada por E. Mandel de capitalismo tardio, aspectos esses que podem explicar a demanda por trabalhadores do social, como os assistentes sociais e uma gama enorme de outros profissionais que na fase tardia dos monopólios são delegados pelo Estado a exercer o papel de promover a proteção social e a intervir no cotidiano dos indivíduos sociais e das famílias cuja reprodução diária passa a depender sobremaneira do mercado de bens e serviços capitalistas e da institucionalização de cuidados antes efetuados em seus lares.

2.1 Fase Clássica

Nesse capítulo, nos dedicaremos a explicitar as características do Capitalismo Monopolista, etapa do Capitalismo na qual as expressões da questão social são exponenciadas e, portanto, passam a ser alvo de intervenções por parte do Estado, através de políticas sociais e a profissão Serviço Social é requisitada para ser “executora terminal”⁷ de tais políticas sociais.

Em nossa perspectiva, a apreensão da particularidade da gênese histórico-social da profissão nem de longe se esgota na referência à “questão social” tomada abstratamente; está hipotecada ao concreto tratamento desta num momento muito específico do processo da sociedade burguesa constituída, aquele do trânsito à idade dos monopólios, isto é, as conexões genéticas do Serviço Social profissional não entretecem com a “questão social”, mas com suas peculiaridades no âmbito da sociedade burguesa fundada na organização monopólica (NETTO, 2011, p. 18).

O capitalismo ingressa em seu estágio monopolista – ou imperialista – nos últimos anos do século XIX. Nesse novo estágio⁸, são apresentadas diversas transformações na dinâmica do Capital, contudo, suas contradições estruturais – tal como a socialização da produção e a apropriação privada dos frutos do trabalho - permanecem e são até mesmo acentuadas nesta etapa de desenvolvimento do modo de produção capitalista.

No imperialismo, o grau de concentração e centralização do capital se dá em níveis nunca antes constatados. Essa dinâmica leva a formação dos monopólios – cartéis, trustes e fusões -, que tem por objetivo final aumentar seus lucros através do controle dos mercados e dominação da concorrência. Segundo Lenin, “o aparecimento do monopólio, decorrente da concentração e centralização do capital,

⁷A expressão é de José Paulo Netto.

⁸O Imperialismo conheceu 3 fases: a clássica, a qual podemos dizer que Lenin sumarizou; os anos dourados, “quase trinta anos em que o sistema apresentou resultados econômicos nunca vistos, e que não se apresentam mais” (NETTO e BRAZ, 2010, p. 195) e a contemporânea, a qual faremos referência no próximo item do presente capítulo.

é uma lei geral e fundamental da presente fase de desenvolvimento do capitalismo” (2008, p. 21).

O monopólio inibe a livre concorrência⁹ entre os produtores através dos mecanismos de controle dos mercados. Logo, embora os monopólios não cheguem a abolir a concorrência, a transformam significativamente, visto que as empresas menores não se encontram em condições de concorrer com os conglomerados monopolistas e são por eles derrotadas ou incorporadas, o que demonstra o grau de dominação dos segmentos monopolizados e a sua violência. É dessa maneira que "algumas dezenas de milhares de grandes empresas são tudo, os milhões de pequenas empresas não são nada" (IDEM, p. 17). A livre concorrência entre milhares de empresas é substituída pela acirrada e violenta concorrência entre associações monopolistas.

O seguinte trecho, extraído de Netto e Braz, resume essa dinâmica:

Empreendimentos que envolvem uma elevada composição orgânica do capital tornam-se cada vez mais excludentes para o conjunto de capitalistas: apenas aqueles que possuem grandes massas de capital podem implementá-los. Eis por que a tendência do capital, em seu movimento, é de concentrar-se: cada vez mais capital é necessário para produzir mais-valia. Essa tendência de concentração faz com que os grandes capitalistas acumulem uma massa de capital cada vez maior.

Ao lado da concentração de capital, a dinâmica da acumulação capitalista revela outra tendência do movimento do capital, o processo de centralização. Este, à diferença do anterior, não implica um aumento de capital em função de uma nova acumulação, mas tão-somente o aumento de capital pela fusão de vários outros. A centralização do capital realiza-se pela união (mediante cartéis, trustes e a formação de holdings) de capitais já existentes (2010, p 130).

Devemos também voltar nossa atenção para o papel que os bancos assumem nessa nova fase, transformando-se em um capitalista coletivo. Assim, na etapa

⁹O termo inibir não é usado por acaso. O monopólio consegue controlar a livre concorrência, porém isso não impede que novas empresas sejam formadas ou que áreas não monopolizadas operem em regime de livre de concorrência, porém a vida útil dessas relações será curto, visto que a tendência dos monopólios é controlar os mercados para extrair altos lucros.

imperialista o banco não é mais apenas um intermediário de transações econômicas. Ultrapassando o campo da indústria, o monopólio é formado também por bancos, que passam a controlar as operações comerciais e industriais da sociedade.

Os grandes estabelecimentos, particularmente os bancos, não só absorvem diretamente os pequenos como os incorporam, subordinam, incluem-nos no seu grupo, no seu consórcio – segundo o termo técnico – por meio da participação no seu capital, da compra e troca de ações, do sistema de créditos etc (LENIN, 2008, p. 32).

Um empresário em busca de crédito deve dirigir-se aos bancos, que detêm o capital necessário à produção, as matérias-primas e os meios de produção, o que evidencia a dependência da indústria em relação a um pequeno número de bancos, e estes, por sua vez, passam a se articular com as maiores empresas ou a fazer operações de fusão por meio da compra de ações.

Como colocado acima, o sistema de ações ganha grande importância na Era dos Monopólios. Os bancos passam a investir em empresas através da compra de ações das mesmas, o que os permite participar de sua gerência, opinar em suas decisões e impor o que for considerado mais produtivo do seu ponto de vista. Assim, ocorre a “união pessoal” entre os bancos e as empresas. Para Sweezy, o que resulta dessa dinâmica é:

A intensificação do processo de centralização juntamente com a aceleração da acumulação em geral, de um lado; do outro, a formação de uma camada superior relativamente pequena de grandes capitalistas cujo controle se estende muito além dos limites de sua propriedade (...) O que realmente ocorre é que a grande maioria dos proprietários perde o controle em favor de uma pequena minoria de proprietários (...) O que muitos donos de propriedade perdem, uns poucos ganham (1983, p. 202)

Através desse sistema de ações, um banco ou uma empresa pode controlar milhares de outras empresas através da compra de ações apenas, e intervir nos negócios dessas empresas a seu favor. Em outras palavras, as sociedades anônimas permitem que uma empresa seja controlada sem que necessite ser comprada; para controlá-la basta que um capitalista adquira suas ações majoritárias.

É também através do sistema de ações que ocorre a fusão entre o capital bancário e o capital industrial. Tal fusão resulta no que chamamos de capital financeiro¹⁰, modalidade que domina a fase Imperialista. O pequeno grupo detentor desse capital foi denominado por Lenin de “oligarquia financeira”: responsáveis pelo poder político e econômico nos seus países e também em outros nos quais atuam; uma classe que nada produz, mas que tudo acumula. Essa classe se sustenta através da especulação em relação à produção, única esfera capaz de produzir mais-valia de fato.

No Capitalismo Concorrencial, foi criado um mercado mundial. Na Era dos Monopólios, também podemos identificar outra transformação no que tange a esse mercado: o que caracteriza esse período é a exportação de capitais, e não de mercadorias. Tal exportação se dá dos países mais avançados do Capitalismo para aqueles que são menos avançados, uma vez que

a economia mundial, sendo uma economia produtora de mercadorias, não é regulada segundo um plano que determine o crescimento sincronizado de suas várias partes componentes. Essas partes se desenvolvem, pelo contrário, aos saltos e em velocidades desiguais (SWEEZY, 1983, p 222).

Os monopólios constituídos nos países avançados produzem um enorme excedente de capitais¹¹ que não encontram espaços de inversão. Quando o monopólio encontra dificuldade de inverter capitais nos “campos” monopolizados, pode exportar seus capitais para países ainda não explorados, para reverter a tendência à queda da taxa de lucro, o que resulta no “desenvolvimento do

¹⁰Importante ressaltar que a base é sempre o capital industrial, único que de fato produz mais-valia.

¹¹Segundo Sweezy, tais excedentes são os superlucros e eles são “uma dedução da mais-valia de outros capitalistas ou uma dedução dos salários da classe trabalhadora” (1983, p. 211). Para Mandel, esse é o fenômeno da supercapitalização.

capitalismo dentro dos países em que são investidos, acelerando-os extraordinariamente” (LENIN, 2008, p 64). Esses países são apresentados como o espaço perfeito para a inversão de capitais, visto que o lucro é elevado devido sua posição de dependentes no capitalismo mundializado.

Embora esse movimento possa estagnar o desenvolvimento nos países exportadores, o capitalismo em nível global avança. Podemos também destacar duas modalidades dessa exportação: a de capital produtivo e o empréstimo. A primeira diz respeito à implantação de indústrias em países estrangeiros. A segunda diz respeito à relação de credor/devedor: os países exportadores tornam-se credores daqueles para os quais o capital é exportado, esses denominados devedores. Os devedores, por sua vez, pagam esse “empréstimo” a juros altíssimos e, ainda, devem cumprir diversas condições impostas pelos credores.

Ressaltamos mais uma vez que o objetivo do monopólio é maximizar os lucros capitalistas através do controle de mercados. A exportação de capitais demonstra que o mercado interno dos monopólios já está controlado e que os países para os quais o capital é exportado também terão seu mercado controlado e subordinado aos interesses monopolistas.

À medida que a exportação de capitais se intensifica, as relações com o exterior e as esferas de influência levaram a um acordo de partilha econômica do mundo entre as associações monopolistas, que constituíram cartéis internacionais e dividiram o mundo em suas áreas de influência, ou para usar o termo mais correto, de dominação, para além das fronteiras nacionais. Simultaneamente, os Estados Monopolistas promovem a partilha territorial do mundo de acordo com os interesses econômicos dos monopólios.

Ainda sobre a exportação de capitais, podemos destacar que, segundo Sweezy, seu efeito geral é retardar o avanço das contradições inerentes ao modo de produção capitalista na metrópole. Diante disso, apontamos que o subconsumo também pode ser aliviado por esse mecanismo. É importante para a metrópole se apoderar de novos territórios para encontrar novos mercados para os produtos de suas fábricas e assim também exportar os efeitos negativos – e inevitáveis – do desenvolvimento do imperialismo em seu próprio território.

Identificamos, porém, que outra forma de investimento lucrativo e inversão de capital é a empresa monopolista investir em setores ainda não monopolizados dentro da própria economia do país de origem, pois “impossibilitada de reinvestir seus lucros, impedida de investi-lo em outro setor industrial altamente concentrado, (...) procura empregá-los em setores em que domine ainda a concorrência ou em que o grau de concentração seja relativamente baixo” (BARAN, 1986, p 94), ou, ainda, investir nas técnicas de mercadejamento (venda, publicidade) ou no setor de serviços.

2.2 Fase Tardia

Nesta fase, podemos identificar aspectos importantes que explicam a necessidade do surgimento das profissões do social. Nessa fase, o capital encontra-se presente em todas as partes do globo e em todos os âmbitos da vida social:

El capitalismo tardío constituye la industrialización universal generalizada por primera vez en la historia. La mecanización, la estandarización, la superespecialización y la parcelación del trabajo, que en el pasado determinó sólo el dominio de la producción de mercancías en la industria propiamente dicha, penetra ahora en todos los sectores de la vida social. Es una característica del capitalismo tardío que la agricultura se esté industrializando paso a paso tanto como la industria, la esfera de circulación tanto como la esfera de la producción, y la recreación tanto como la organización del trabajo. La industrialización de la esfera de reproducción constituye la cúspide de este desarrollo (MANDEL, 1979, p. 378).

Para entendermos melhor esse processo, iremos recorrer a Braverman (1981). O autor, ao discorrer sobre o mercado universal, indica que:

É somente na era do monopólio que o modo capitalista de produção recebe a totalidade do indivíduo, da família e das necessidades sociais e, ao subordiná-los ao mercado, também os remodela para servirem às necessidades do capital. É impossível compreender a nova estrutura ocupacional – e, em consequência, a moderna classe trabalhadora – sem compreender esse fato. Como o capitalismo transformou toda a sociedade em um gigantesco mercado é um processo que tem sido pouco estudado, embora constitua uma das chaves para toda a história social recente (p. 231).

O autor aponta que nos primórdios do capitalismo, quando a circulação de mercadorias ainda era bastante restrita, os bens necessários à sobrevivência eram produzidos no nível doméstico, ou seja, “a família era unidade econômica e todo o sistema de produção baseava-se nela” (1981, p. 232). Constatamos, assim, que o mercado de mercadorias enfrentava um obstáculo que começa a ser diluído quando se inicia a urbanização e também quando o capital industrial passa a penetrar nas atividades que antes eram desempenhadas pelas donas de casa ou no âmbito familiar de produção, principalmente com a produção de alimentos industriais:

Mas a industrialização do alimento e outros utensílios domésticos elementares é apenas o primeiro passo num processo que de fato leva à dependência de toda a vida social, e de fato a todas as inter-relações da humanidade para com o mercado (...) a população não conta mais com a organização social sob forma de família, amigos, vizinhos, comunidade, velhos, crianças, mas com poucas exceções devem ir ao mercado e apenas ao mercado, não apenas para adquirir alimento, vestuário e habitação, mas também para recreação, divertimento, segurança, assistência aos jovens, velhos, doentes e excepcionais. Com o tempo, não apenas as necessidades materiais e de serviço, mas também os padrões emocionais de vida, são canalizados através do mercado (IDEM, p. 235).

Dessa maneira, percebemos que com o desenvolvimento do capitalismo e a consolidação de um mercado universal, mais especificamente na etapa imperialista, é toda a vida social que está sendo subjugada aos ditames do mercado capitalista, inclusive as relações sociais entre os indivíduos. É toda a sociedade que se transforma em um mercado para os capitais monopolistas. É necessário voltar-se ao mercado não apenas para conseguir os gêneros alimentícios, mas também para a

diversão, a arte, o lazer ou os utensílios domésticos. Todas as formas de agir e viver estão inseridas no mercado, são mercadorias que podem ser compradas.

É assim que Braverman também aponta para o que podemos chamar de “institucionalização do cuidado”: quando são criadas grandes instituições para cuidar dos doentes, dos idosos, dos portadores de deficiência e outros. Se antes o cuidado era parte das atividades familiares ou comunitárias, na era monopolista a premissa social torna-se a realização de cada um individualmente no mercado, através do seu poder de compra. A família, antes produtora, é transformada então em uma consumidora dos bens que as indústrias produzem e dos serviços oferecidos no mercado, como o cuidado em hospitais, asilos e creches, educação, saúde, água, luz, esgoto, telefone e outros.

Essa dinâmica também revela, junto à institucionalização do cuidado, o surgimento de profissionais do social dedicados à essas atividades, como cuidadores, educadores sociais, entre outros.

Devemos destacar também o fenômeno da supercapitalização, denominação para a grande massa de capital excedente que tem dificuldades de valorização. É a supercapitalização e a necessidade de inversão desses capitais excedentes acumulados que leva a esse domínio total do capital sob todos os aspectos da vida:

El capital se acumula gradualmente en cantidades cada vez más abundantes, y una parte sustancial del capital social no logra valorizarse en absoluto, la nueva masa de capital penetrará más y más en áreas no productivas en el sentido de que no crean plusvalía (MANDEL, 1979 p. 379).

Assim, esse capital super acumulado, que precisa encontrar novos campos de valorização, se volta para atividades que não são consideradas produtivas, como as anteriormente desempenhadas pela família, como o cuidado aos indivíduos, a circulação, os serviços e até mesmo a indústria bélica, altamente lucrativa.

As dificuldades progressivas para a valorização são contornadas por inúmeros mecanismos, nenhum dos quais apto para dar uma solução à

supercapitalização: de um lado, a emergência da indústria bélica, que se converte em ingrediente central da dinâmica imperialista, de outro, a contínua migração dos capitais excedentes por cima dos marcos estatais e nacionais; e enfim, a “queima” do excedente em atividades que não criam valor (NETTO, 2011, p. 22).

Toda a explicitação anterior nos leva à conclusão de que a invasão da lógica mercantil na vida social torna as pessoas “totalmente independentes, tanto mais atomizadas elas se tornam, e mais seus contatos com os outros as separam em vez de torna-las mais próximas” (BRAVERMAN, 1981, 236). As relações sociais, agora intermediadas pelo mercado e pelos serviços, se interpõem na relação entre os homens e, conseqüentemente, tais relações são esgarçadas, o que leva à necessidade de trabalhadores improdutivos que possam operar a manipulação de variáveis empíricas.

Para finalizarmos a reflexão acerca do contexto do surgimento do Serviço Social no Capitalismo Monopolista, também é imprescindível a discussão sobre o papel que o Estado assume nessa fase do Capitalismo.

No Capitalismo Concorrencial, o Estado cumpria o dever de ser o “cioso guardião das condições externas da produção capitalista” (2011, p. 24), garantindo a propriedade privada dos meios de produção e a ordem social por meio do monopólio da força (polícia e exércitos). O Estado só intervia na economia em situações emergenciais e pontuais. No Imperialismo, torna-se necessário, para cumprir o objetivo de maximizar os lucros por meio do controle dos mercados, que exista um mecanismo de intervenção extra econômico. Essa necessidade se dá pelo fato dos monopólios acentuarem as contradições já existentes no Capitalismo e também criar novas:

O capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica, todos eles desvelados pela crítica marxiana. Repondo estes caracteres em nível econômico-social e histórico-político distinto, porém, a idade do monopólio altera significativamente a dinâmica inteira da sociedade burguesa: ao

mesmo tempo em que potencia as contradições fundamentais do capitalismo já explicitadas no estágio concorrencial e as combina com novas contradições e antagonismos, deflagra complexos processos que jogam no sentido de contrarrestar a ponderação dos valores negativos e críticos que detona (NETTO, 2011, p. 20).

Assim, é necessário que o Estado tenha sua base de atuação refuncionalizada frente às novas expressões da questão social, à tendência de subconsumo, ao aumento do exército industrial de reserva, à tendência de queda da taxa de lucro e às crises cíclicas, ou seja, ele deve responder às necessidades latentes de preservação desse modo de produção.

O capitalismo precisa, como apontado anteriormente, de um mecanismo extra econômico para garantir os seus interesses econômicos.

A necessidade de uma nova modalidade de intervenção do Estado decorre primariamente, como aludimos, da demanda que o capitalismo monopolista tem de um vetor extra-econômico para assegurar seus objetivos estritamente econômicos. O eixo de intervenção estatal na idade do monopólio é direcionado para garantir os superlucros dos monopólios – e, para tanto, como poder político e econômico, o Estado desempenha uma multiplicidade de funções (IDEM, p. 25).

Esse Estado deve funcionar de acordo com os interesses da burguesia e, portanto, “opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista” (IDEM, p. 26), assumindo funções econômicas diretas e indiretas.

As funções econômicas diretas dizem respeito, por exemplo, ao investimento do Estado em indústrias ditas de base, como as produtoras de matérias-primas, para vender a preços baixos sua produção para os monopólios e, assim, garantir o lucro desses grupos; outro exemplo é o Estado assumir empresas capitalistas que estão em crise, socializar as perdas dessas, recuperá-las com o dinheiro público e, após a recuperação, entregá-las novamente à iniciativa privada.

Já as funções econômicas indiretas podem ser exemplificadas pelas encomendas que o Estado faz aos monopólios, como à indústria bélica, ou o investimento estatal em infraestrutura (estradas, luz, água, esgoto, entre outros),

meios de transporte e profissionalização da força de trabalho. O Estado investe nas atividades que poderiam onerar o capital ou não serem muito lucrativas para o mesmo, embora necessárias, ao mesmo tempo em que entrega às empresas as atividades que são lucrativas.

Outra função indireta do Estado é a preservação da força de trabalho, ocupada e excedente – o exército industrial de reserva -, via políticas sociais. O Estado, historicamente, atuou com repressão e coerção através dos seus aparelhos de poder. Na Era Monopolista, porém, inaugura-se um novo modo de lidar com a força de trabalho, que é identificada como sua função primordial na Idade dos Monopólios:

o Estado – como instância política econômica do monopólio – é obrigado não só a assegurar continuamente a reprodução e a manutenção da força de trabalho, ocupada e excedente, mas é compelido (e o faz mediante os sistemas de previdência e segurança social, principalmente) a regular a sua pertinência a níveis determinados de consumo e a sua disponibilidade para a ocupação sazonal, bem como a instrumentalizar mecanismos gerais que garantam a sua mobilização e alocação em função das necessidades e projetos do monopólio (IDEM, p. 27).

Percebemos, então, que o que há de novo no que diz respeito à força de trabalho, é o fato do Estado não atuar mais unicamente pelas vias repressivas, mas incorporar algumas das demandas da classe trabalhadora com vistas ao consenso, o que também demonstra a faceta política atrelada a uma função econômica do Estado e de fato, “outra característica dessa época foi uma ampliação geral da legislação social, que ganhou impulso particular no período imperialista” (MANDEL, 1982, p. 338).

É importante colocar, porém, que a via do consenso só é possível de ser analisada em relação à luta de classes, do quanto a classe trabalhadora está organizada e pode caracterizar uma ameaça real para a ordem social estabelecida e além disso,

um componente, mesmo amplo, de legitimação é plenamente suportável pelo Estado burguês no capitalismo monopolista; e não só é suportável, como necessário, em muitas circunstâncias históricas, para que ele possa continuar desempenhando a sua funcionalidade econômica (NETTO, 2011, p. 28).

Assim, é importante para o Estado reconhecer a classe trabalhadora e algumas de suas demandas para preservação e cumprimento de suas funções econômicas, mas isso não quer dizer que as contradições e lutas de classes não mais existem, pelo contrário, as contradições ainda existem, e impulsionadas pela dinâmica monopolista e pela luta de classes, é um dos fatores que possibilita dar visibilidade às classes e que elas obtenham conquistas.

Ainda sobre as funções do Estado, Mandel (1982, p. 333) as classifica em três: criar condições gerais de produção, reprimir as ameaças através de seu aparato de segurança e integrar as classes dominadas. Sobre o último ponto, chamaremos atenção, visto que seu objetivo final é “garantir que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe dominante e, em consequência, que as classes exploradas aceitem sua própria exploração sem o exercício direto da repressão contra elas” (IDEM), apontando para essa função de cunho ideológico no sentido de consentimento do trabalhador, não apenas repressão, o que a política social representa.

E é exatamente essa conjuntura que torna possível o enfrentamento das sequelas da questão social de maneira sistemática, através das políticas sociais, que representam a “passagem” das medidas repressivas às ideológicas dos aparelhos do Estado” (FALEIROS, 2000, p. 64). A estratégia utilizada pelo capital nesse sentido é fragmentar a questão social, transformando em diversos problemas sociais, sem relação intrínseca entre as diversas manifestações apresentadas e as entendendo enquanto manifestações individuais ou problemáticas particulares. A política social, então, escamoteia as determinações políticas e

econômicas por trás da questão social: as suas sequelas aparecem como problemas individuais, no plano da disfuncionalização e da anormalidade, operando a culpabilização do indivíduo e não como resultado das relações de exploração e dominação do Modo de Produção Capitalista:

A ideologia da normalidade pressupõe que o indivíduo possa trabalhar para poder, normalmente, com o salário obtido, satisfazer as suas necessidades de subsistência e as de sua família. O trabalho é o critério da vida normal para viver bem. Os que não conseguem, com o salário que ganham, obter essa vida normal, vêm-se censurados socialmente pelas próprias políticas sociais, que atribuem, então, ao indivíduo, seu fracasso. É o que se chama de culpabilização da vítima, *victim blaming* (...) A política social, ao mesmo tempo em que estigmatiza e controla, esconde da população as relações dos problemas sentidos com o contexto geral da sociedade. (FALEIROS, 2000, p. 63)

E ainda,

a “questão social” é pensada de forma fragmentada e parcializada, o que determina que a política social seja transformada em “políticas sociais” destinadas a atender problemáticas particulares e específicas, e cuja solução escapa evidentemente ao controle dos trabalhadores. Essas políticas sociais se transformam em meios de subordinação dos trabalhadores à ordem vigente, reproduzindo as desigualdades sociais derivadas da diversa participação no processo de produção. (PASTORINI, 1997, p. 90)

A política social é mais que tudo, instrumento usado para garantir a coesão social e a sua funcionalidade “se expressa nos processos referentes à preservação e ao controle da força de trabalho” (NETTO, 2011, p. 31), ou seja, a política social é possível devido ao fato dela poder ser revertida enquanto benefício para a classe capitalista.

Ainda que as políticas sociais possibilitem ao capital ter suas necessidades atendidas e que o Estado assuma uma face social, como se fosse espaço no qual todos os interesses podem ser considerados, no que tange aos trabalhadores, as políticas sociais são respostas, mesmo que pontuais, a necessidades reais dessa classe; e ter tais necessidades consideradas por essa instância de fato ajuda o processo de exploração consentida, visto que os trabalhadores podem se sentir como parte desse aparelho da classe burguesa: “o fato de que as demandas são

atendidas a partir de mobilizações e pressões vindas do exterior do aparato estatal permite que aqueles que conquistam algum atendimento se reconheçam como representados nele” (IDEM, p. 32) e que “tratou-se de uma concessão à crescente luta de classe do proletariado” (MANDEL, 1982, p. 338).

Essas duas faces da política social – atender interesses distintos de duas classes distintas - demonstram o quanto ela, como o sistema capitalista, é contraditória. Dessa maneira, podemos entender as políticas sociais a partir do binômio concessão-conquista, levando em conta a organização da classe trabalhadora – empecilho à acumulação - e as lutas que foram travadas para a constituição de tais políticas, ao passo que reconhecemos que as mesmas têm função social, política e ideológica, além de ser uma concessão necessária por parte da burguesia para manter a ordem social vigente ameaçada:

Pretende-se, por meio da integração e adaptação dos indivíduos ao sistema, conjuntamente com as alianças entre os diferentes setores, contrapor o avanço dos subalternos, como forma de ampliar o controle social.

Desta forma, as políticas sociais participam da reprodução da estrutura política, econômica e social (reprodução das condições de dominação e subordinação e das desigualdades sociais) e contribuem para obter a aceitação e a legitimidade necessárias para a manutenção da ordem social. (...)

Assim, as políticas sociais podem ser entendidas como um instrumento útil, como uma mediação para transformar as lutas de classe, ou, melhor dizendo, os elementos conflitivos e manifestos delas, convertendo-as num elemento de pacto entre classes opostas. (PASTORINI, 1997, p. 90 e 91)

Devemos destacar que ao mesmo tempo em que a política social é a forma de enfrentamento do capitalismo monopolista frente à questão social, a repressão, marca do período concorrencial, também coexiste com ela e que o investimento nos instrumentos de controle também cresce no imperialismo.

Capítulo 3

Capitalismo Contemporâneo e Prática Indiferenciada

O presente capítulo objetiva apresentar ao leitor um panorama do Capitalismo Contemporâneo, identificando os componentes que acentuam o sincretismo da prática profissional.

Detemo-nos a demonstrar como os mecanismos de reversão da queda da taxa de lucro utilizados pelo grande capital a partir de 1975, quando acaba a onda longa de crescimento, – neoliberalismo, reestruturação produtiva e financeirização, como componentes de um mesmo processo – acentuam a prática indiferenciada.

Estudamos cada um dos mecanismos de enfrentamento da crise e apontamos por quais vias a prática indiferenciada do Serviço Social pode ter sido acentuada: programas de transferência de renda, círculos de qualidade, assistencialização da seguridade, entre outros. No último item do capítulo, apontamos algumas das profissões do social que, emergindo no país nos governos neoliberais de FHC e Lula, parecem concorrer com a atuação do assistente social.

3.1 Capitalismo Contemporâneo e Prática Indiferenciada

Nos “anos de ouro” do Capitalismo, o capital conseguiu sua era mais lucrativa. Parte desse feito pode ser explicada pelo pacto fordista-keynesiano, firmado entre a classe burguesa e a classe trabalhadora, no qual um segmento dos trabalhadores abdicava do ideário revolucionário em troca de direitos para sua classe.

Foi instaurado o Estado de Bem Estar Social, ou *Welfare State*, em algumas partes do globo¹². O *Welfare State*, que toma impulso após o término da II Guerra Mundial, se caracterizava por ser um Estado com intervenção planejada no social através de políticas sociais aliadas à concepção de cidadania, formando um Sistema de Proteção Social que seria universal¹³. Parte do fundo público era direcionado para as políticas públicas às demandas da classe trabalhadora:

A incorporação dessas demandas se fez através da alocação de fundos públicos na constituição de políticas econômicas e sociais, o que favoreceu a ampliação do consumo por parte dos trabalhadores: ao tempo em que desmercantilizava o atendimento de algumas das necessidades sociais através de salários indiretos, via políticas sociais públicas, a ação estatal permitia a liberação de salários reais e o conseqüente aumento da demanda por consumo de mercadorias, criando as condições para o surgimento da produção e do consumo em massa, típicos do regime fordista de produção (MOTA, 2009, p.6).

Ao fazermos uma análise mais aprofundada, percebemos que essas medidas poderiam ser interpretadas como um ônus ao Capital, mas na realidade são revertidas a seu favor:

De fato, o que ocorre é que a intervenção estatal desonera o capital de boa parte dos ônus de preservação da força de trabalho, financiados agora pelos tributos recolhidos da massa da população – financiamento que assegura a prestação de uma série de serviços públicos (educação, transporte, saúde, habitação etc.).

¹²Europa Central e Ocidental e Canadá.

¹³Cabe destacar, porém, que tal universalidade era aparente, visto que os direitos eram para os nativos do país apenas, o que excluía os imigrantes, que comumente são grande parte da força de trabalho dos países centrais do capitalismo.

Todas essas funções estatais estão a serviço dos monopólios; porém, elas conferem ao Estado comandado pelo monopólio em alto grau de legitimação. E isso porque, num marco democrático, para servir ao monopólio, o Estado deve incorporar outros interesses sociais; ele não pode ser, simplesmente, um instrumento de coerção – deve desenvolver mecanismos de coesão social (NETTO e BRAZ, 2010, p. 204 e 205).

Percebemos também que a luta de classes é um elemento de suma importância para a constituição de tal modelagem de Estado, visto que o reconhecimento ou não de direitos está diretamente ligado à organização da classe trabalhadora em torno de um ideário político e que possa vir a ameaçar a ordem estabelecida, como destacado a seguir:

(...) Onde o movimento operário e sindical e as forças democráticas mostraram-se capazes de resistir, o Estado a serviço do grande capital (vale dizer: do monopólio) foi compelido a legitimar-se para intervir eficazmente. (...)
O empenho do Estado a serviço dos monopólios para legitimar-se é visível no seu reconhecimento dos direitos sociais (...) A consequência desse reconhecimento, resultado da pressão do trabalhadores, foi a consolidação de políticas sociais e a ampliação da sua abrangência, na configuração de um conjunto de instituições que dariam forma aos vários modelos de Estado de Bem Estar Social (Welfare State) (IDEM, p. 205 e 206).

Uma vez que o funcionamento do *Welfare State* era dependente do saldo positivo da economia Capitalista, no momento em que esta, na passagem dos anos 1960 aos 1970, entra em mais uma de suas crises cíclicas¹⁴, as conquistas dos trabalhadores, entendidas como causadoras da crise começam a ser revertidas, “ou seja, a crise é um resultado do keynesianismo e do *Welfare State*” (BEHRING, 2009, p. 11). Nesse contexto, são tomadas algumas medidas para reversão da crise de acumulação capitalista, conforme abordaremos mais à frente neste capítulo.

Uma vez que o Serviço Social e outras profissões do social surgem exatamente quando o Estado, via políticas sociais, passa a intervir nas expressões da “questão social”, foi importante estudarmos no capítulo 2 da presente monografia essa dinâmica e a conformação das políticas sociais. Apontamos acima o *Welfare State*, momento no qual foi possível aliar desenvolvimento econômico com direitos

¹⁴ Para tratar das particularidades dessa crise, alguns autores, como István Mészáros, a denominam de crise estrutural.

sociais devido à prosperidade da economia, mas indicamos, porém, que tal via se esgota e, portanto, o capital, para sua preservação, deve se reinventar. Tal processo se inicia mundialmente na década de 1970, embora só incida com força no Brasil em 1990, devido às particularidades históricas brasileiras, as quais tentaremos demonstrar nesse capítulo.

Tais alterações processadas no capitalismo, respostas à sua crise, alteram as respostas dadas pelo Estado às refrações da questão social, mas também incidem sobre os trabalhadores do social, reforçando o sincretismo da prática profissional do Serviço Social.

Segundo Yamamoto (2012), para pensar as balizas da política nacional de fiscalização da profissão, centrada na reflexão sobre as atribuições privativas e competências que a Lei de Regulamentação profissional coloca e, portanto, analisar a prática indiferenciada através de tal via, é necessário realizar a tarefa crucial de entender as mudanças que aconteceram nos espaços ocupacionais e as novas demandas colocadas à profissão, que conseqüentemente, passam a exigir novas competências para atendê-las.

De uma maneira geral, podemos identificar que essa mudança se dá em três vieses, que tem seus próprios desdobramentos: a reestruturação produtiva, a financeirização e o neoliberalismo. Tais mudanças, opções de enfrentamento à onda longa recessiva do capitalismo mundial e, portanto, estratégias globais do capital, têm o objetivo de restaurar as taxas de lucro e renovar as formas e condições de exploração da força de trabalho, ou em outras palavras, criar contratendências à queda da taxa de lucro.

3.1.1 – Neoliberalismo e Indiferenciação Profissional

O neoliberalismo, que tem por objetivo garantir a máxima liberdade ao capital, pode ser considerado como a face ideológica da estratégia de recuperação do capital frente a mais uma de suas crises:

O que se pode denominar ideologia neoliberal compreende uma concepção de homem (considerado atomisticamente como possessivo, competitivo e calculista), uma concepção de sociedade (tomada como um agregado fortuito, meio de o indivíduo realizar seus propósitos privados) fundada na ideia da natural e necessária desigualdade entre os homens e uma noção rasteira da liberdade (vista como função da liberdade de mercado) (NETTO e BRAZ, 2010, p. 225).

Tal ideologia, ainda,

Legítima precisamente o projeto do capital monopolista de romper as restrições sociopolíticas que limitam a sua liberdade de movimento. Seu primeiro alvo foi constituído pela intervenção do Estado na economia: o Estado foi demonizado pelos liberais e apresentado como um trambolho anacrônico que deveria ser reformado – e, pela primeira vez na história do capitalismo, a palavra reforma perdeu o seu sentido tradicional do conjunto de mudanças para ampliar direitos; a partir dos anos oitenta do século XX, sob o rótulo de reforma(s) o que vem sendo conduzido pelo grande capital é um gigantesco processo de contra-reforma(s), destinado à supressão ou redução de direitos e garantias sociais (IDEM, p. 226)

Assim, como já colocamos anteriormente, o *Welfare State* é visto como o responsável pela crise e, portanto, deve haver corte de direitos e racionalização dos gastos do Estado com o social. O Estado deve se tecnificar e reformular, o que significa promover uma grande contrarreforma, atentando contra os direitos e regulações duramente conquistados pela classe trabalhadora na dinâmica da luta de classes.

Destacam-se sob a égide neoliberal as orientações dos organismos internacionais, que “receitam” a racionalização dos gastos sociais, pois estes estariam sobrecarregando as contas públicas, o que exigiria como solução a focalização da proteção pública no combate à pobreza absoluta. Também é marco das mudanças efetuadas as investidas contra a organização dos trabalhadores, fragilizando suas lutas, que significam entraves ao capital.

No caso brasileiro, identificamos a penetração da lógica neoliberal no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), especialmente no Plano Diretor de Reforma do Estado:

A “reforma” deverá seguir por alguns caminhos: ajuste fiscal duradouro; reformas econômicas orientadas para o mercado – abertura comercial e privatizações -, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica que fortaleça a competitividade da indústria nacional; reforma da Previdência Social; inovação dos instrumentos de política social; e reforma do aparelho do Estado, aumentando sua eficiência (BEHRING, 2008, 178).

Ainda no governo FHC, identificamos também a penetração do social-liberalismo, que

É tido não como uma conscientização humanista e social da burguesia, mas sim como uma ideologia de manutenção da ordem capitalista que embasa uma série de intervenções políticas na “questão social”, como ações do voluntariado, da filantropia empresarial, da responsabilidade social, do terceiro setor e de políticas sociais assistencialistas e fragmentadas, que não questionam as bases de acumulação capitalista, produtora de riqueza no topo e de miséria na base da hierarquia social (CASTELO, 2012, p. 73).

Castelo, porém, alerta que não devemos “desconsiderar a força legitimadora que Lula e as lideranças do PT injetaram no neoliberalismo latino-americano com sua adesão à ideologia social-liberal” (IDEM, p. 51).

Assim, A “reforma” do Estado foi uma estratégia de inserção do país na dinâmica internacional. O centro da reforma foi o ajuste fiscal duradouro, que focava na alegada ineficiência administrativa e econômica do Estado. Além de tal ajuste, outras medidas foram seguidas: reformas econômicas voltadas para os interesses do mercado, abertura comercial, privatizações, Reforma da Previdência, reforma do aparelho do Estado¹⁵, entre outras, conforme explicitado acima.

É importante frisar que em 1988 foi aprovada a Constituição Federal Brasileira, após anos de ditadura militar. Tal Constituição, intitulada cidadã, foi

¹⁵É importante destacar que a Reforma do Estado é algo maior. A reforma do aparelho do Estado está ligada à eficiência administrativa do mesmo.

resultado da organização e pressão dos trabalhadores e é considerada progressista, visto que assegura diversos direitos sociais, dos quais se destaca a Seguridade Social, composta por Saúde, Assistência e Previdência Social. Tal Carta, porém, sofreu ataques desde o início e o governo FHC é um exemplo de tais atos, visto que privilegia o capital privado e, portanto, representa corte de direitos para os trabalhadores, e a Reforma de Previdência expressa isso claramente. Indo além, destacamos que:

Outro aspecto de destaque na “reforma” do Estado é o Programa de Publicização, que se expressa na criação das agências executivas e das organizações sociais, e mais recentemente na regulamentação do Terceiro Setor – um aspecto que não está citado no Plano, mas se desdobra dele, para a execução de políticas públicas. Esta última estabelece um termo de parceria com ONGs e instituições filantrópicas para a implementação das políticas. A essa nova arquitetura institucional na área social se combina ainda o serviço voluntário, o qual desprofissionaliza a intervenção nessas áreas, remetendo-as ao mundo da solidariedade (Gusmão, 1998), da realização do bem comum pelos indivíduos, por intermédio de um trabalho voluntário não remunerado (BEHRING, 2008, p. 204)

Parcelas da sociedade civil são chamadas a operacionalizar um “empreendimento ideológico de cunho moralizador”, prestando serviços sociais, transferidos da lógica pública para esses grupos. Dessa maneira, podemos enxergar tanto a desprofissionalização das atividades profissionais na área do social quanto a desqualificação de um direito, visto que a esfera pública é a única que é capaz de promover direitos e assegurá-los. Todo esse contexto, é claro, se insere na estratégia neoliberal de contrarreforma do Estado e deságua na perda de direitos conquistados pelo trabalhadores na luta de classes e materializados na Constituição Federal de 1988.

No Governo FHC, então, no que diz respeito ao social, identificamos a regressão de direitos e o aumento do voluntariado. No que diz respeito diretamente ao Serviço Social, com o incentivo ao voluntariado e apelo à solidariedade social, isso se traduziu na desprofissionalização das atividades do social, na qual o Serviço

Social está incluído, ressaltando também que tal fato remonta diretamente às protoformas da profissão, ligadas exatamente ao voluntariado e à solidariedade. Assim, percebemos que a prática indiferenciada se fazia presente.

No governo Luis Inácio Lula da Silva (Lula), identificamos uma tentativa – que consideramos exitosa – de “compatibilizar crescimento econômico com desenvolvimento social” (MOTA, 2012, p. 34); identificamos também que o social-liberalismo, já presente no governo FHC, se consolida efetivamente com Lula no poder. Assim, o governo brasileiro, explicitamente desde os governos Lula, tentou associar desenvolvimento social e crescimento econômico, atendendo às necessidades dos mais pobres via assistência social, mas sem romper com as desigualdades capitalistas e sem colocar em questão a exploração. O governo Lula, que poderia ser identificado como favorável à esquerda brasileira, opta por dar continuidade ao receituário seguido pelo governo FHC.

É inegável que as medidas tomadas pelo governo Lula, como a criação do Programa Bolsa Família – carro chefe de tal governo - levaram a alterações de vida, mesmo que mínimas, à população alvo desse programa, os miseráveis. Portanto, foi possível atender a algumas das necessidades sociais das classes subalternas e às do capital, ou seja, interesses aparentemente contraditórios e conflitantes. O interessante é que a estrutura causadora das desigualdades sociais não é tocada e inclusive, a parte da riqueza social que cabe ao capital continuou a aumentar, ou seja, os chamados Programas de Transferência de Renda não cumprem função redistributiva significativa

Se do ponto de vista prático estas medidas minimizam e reduzem as condições de pobreza e viabilizam o acesso mercantil a bens e serviços, por outro lado, elas explicitam no plano prático, político e teórico, que não há qualquer indício de redução das desigualdades, se a definimos sob a ótica das disparidades das rendas do trabalho e dos lucros, juros, rendas da terra, aluguéis e outros rendimentos do capital.
(...)

Fato é que a partir do governo Lula da Silva, o atendimento de parte das reivindicações e necessidades das classes subalternizadas se fez afastando-se dos referenciais classistas de socialização da riqueza socialmente produzida (IDEM. P. 36 e 37).

No governo Lula, através dos Programas de Transferência de renda principalmente, podemos identificar mudanças na Seguridade Social. A assistência social torna-se A política da seguridade, coadunando com a receita neoliberal de gastos mínimos com o social, o que se traduz na focalização da assistência aos mais pobres dos pobres e para quem dispõe de um mínimo que seja para acessar os serviços necessários no mercado, que assim o faça. Essa relação torna-se mais clara se pensarmos que assistência e previdência tem uma relação de atração e repulsão, ou seja, a assistência atende quem não está inserido no mercado formal de trabalho. Aliado a isso também identificamos que a partir do momento em que a assistência é impulsionada, previdência e saúde são empurradas para o mercado, visto que os investimentos são menores.

De um lado, o mercado passa a ser uma mediação explícita; de outro, a expansão da assistência recoloca duas novas questões: o retrocesso no campo dos direitos já consolidados na esfera da saúde e da previdência e a relação entre trabalho e Assistência Social em tempos de desemprego e precarização do trabalho. O desdobramento no Brasil real parece indicar que, mais uma vez, o grande capital utiliza o social como pretexto para ampliar seu espaço de acumulação (MOTA, 2008, p. 137).

A criação do Sistema Único de Saúde no âmbito da Lei Orgânica da Assistência Social significou um passo além para a assistência social brasileira, que segundo Mota foi robustecida e reordenada. À assistência social é imputado o papel, completamente ilusório, de por si só resolver as desigualdades brasileiras, lhe é dada centralidade no tripé da seguridade, que “agora gira em torno da assistência, que assume a condição de uma política estruturadora e não como mediadora de acesso a outras políticas e a outros direitos, como é o caso do trabalho” (IDEM, p. 138). O direito ao trabalho é substituído nessa nova lógica.

No Governo Lula identificamos a profissionalização da assistência social, com a conformação do SUAS, a inserção de assistentes sociais, psicólogos, entre outros profissionais do social na assistência, o que pode alimentar a prática indiferenciada do Serviço Social. A forma de ampliação, porém, também é vítima das formas precárias de trabalho. Também devemos indicar que a focalização trouxe consigo todos os critérios de miserabilidade que devem ser preenchidos para fazer jus aos benefícios e indicam que seu objetivo final ainda é o ajustamento das classes subalternas à ideologia dominante, agora por via das transferências de renda, que mascaram essa face perversa do Estado. Acreditamos, portanto, que o sincretismo da prática se fez presente e, uma vez que esse contexto é ainda atual, que ainda se faz presente, o que indica desafios à profissão, que serão apontados no decorrer do presente capítulo.

Concluimos esse ponto, salientando, ainda, que o tratamento dispensado à questão social nos governos FHC foram distintos dos governos do PT. Embora ambos tenham empreendido políticas macro econômicas neoliberais¹⁶, é possível sustentar que, no trato da questão social, FHC se apoiou mais visivelmente no voluntariado e no chamamento da sociedade civil. Já nos governos Lula, as políticas anticíclicas do Estado (assistência social, aumento do salário mínimo, ampliação do acesso ao ensino superior, entre outros) requerem uma certa “profissionalização” da área social.

3.1.2 Reestruturação Produtiva e Indiferenciação Profissional

Diante da crise econômica iniciada nos anos 1970, a reestruturação produtiva é mais uma das formas utilizadas pelo capital para a retomada do lucro. Segundo

¹⁶ Tais políticas são de juros elevados, câmbio flexível, política de ajuste fiscal permanente, mercado aberto à transações estrangeiras, privatização dos direitos, dentre outros mecanismos que favoreçam o capital.

Mota e Amaral (2010), em conjuntura de crise, a reestruturação da produção e a reorganização dos mercados estão no escopo do estabelecimento de um novo equilíbrio. As fases do ciclo global da mercadoria são reorganizadas e são criados novos mecanismos sócio-políticos, culturais e institucionais com o objetivo de realizar a manutenção do processo de reprodução social que passam pela adesão e consentimento dos trabalhadores às mudanças necessárias. A reestruturação produtiva é, então, resposta do capital à sua crise.

Todo o processo conhecido como reestruturação produtiva nada mais é do que a permanente necessidade de resposta do capital às suas crises. Para fazer-lhes frente é absolutamente vital ao capital – e aos capitalistas – redesenhar não apenas sua estruturação “econômica”, mas, sobretudo, reconstruir permanentemente a relação entre as forças mercantis e o aparato estatal que lhe dá coerência e sustentação. Assim, o momento atual da subsunção real do trabalho ao capital – conhecido ideologicamente como a III Revolução Industrial – exige uma modificação das regras da sociabilidade capitalista, modificação essa necessária para fazer frente à tendência decrescente da taxa de juro (DIAS, 1997, p. 14 in: MOTA e AMARAL, 2010, p. 28).

O aumento do lucro se dá pelo crescimento da produtividade do trabalho, intermediada pelo uso de novas tecnologias e novas formas de consumo da força de trabalho. Para suporte a essas mudanças no âmbito da produção, o capital opera novas formas de controle da força de trabalho, substituindo em grande parte o despotismo pela persuasão, através de políticas de incentivos e benefícios.

Ainda segundo Mota e Amaral (2010), tais mudanças, alternativas ao fordismo – considerado um modelo de produção de mercadorias rígido – se dão em favor da flexibilização dos processos e condições de trabalho, que permitem maior produtividade e redução dos custos de produção, colocando a necessidade de o trabalhador ser multifuncional, estar constantemente se atualizando e qualificando, se adaptando às necessidades do mercado de trabalho e sendo chamado ao discurso da participação.

O trabalho vivo, a partir do uso de novas tecnologias e ciência e da flexibilização, é racionalizado, o que significa aumento do desemprego e subemprego e maior exploração dos trabalhadores. Essa dinâmica também favorece a cisão na classe trabalhadora entre os incluídos no mercado formal de trabalho e os excluídos dele, o que contribui para a desmobilização dessa classe em suas lutas contra o capital. Conseqüentemente, cresce a terceirização das atividades menos lucrativas e a externalização da produção.

os mecanismos de externalização/terceirização adotados pelas grandes empresas, produzem uma “migração” da sua capacidade produtiva para médias e pequenas firmas e estimulam a proliferação de trabalhadores autônomos, sem vínculo empregatício e de trabalhadores em domicílio (CARLEIAL, 1996, p. 22 in: MOTA e AMARAL, 2010, p. 32).

Toda essa dinâmica, como já colocado, altera a forma de relação entre capital e trabalho, visto que as “novas formas de domínio supõem a socialização de valores políticos, sociais e éticos e a produção de padrões de comportamento compatíveis com as necessidades de mudança na esfera da produção e na reprodução social” (IDEM, p. 29).

O contexto anteriormente explicitado tem suas especificidades nos diversos países capitalistas. No caso brasileiro, podemos afirmar que:

a marca da reestruturação produtiva no Brasil é a redução de postos de trabalho, o desemprego dos trabalhadores do núcleo organizado da economia e a sua transformação em trabalhadores por conta própria, trabalhadores sem carteira assinada, desempregados abertos, desempregados ocultos por trabalho precário, desalentos etc. Expressão particular de um movimento internacional, marcado pela globalização e pela difusão do pensamento neoliberal, esta estratégia consolida-se, no Brasil, como estruturadora de uma cultura moderna, tendo como principais vetores a competência e a eficiência do setor privado, a (des)responsabilização do Estado com a proteção do trabalho, a empregabilidade e as parcerias do capital com o trabalho, concretizando a difusão massiva de ideias e valores que reconceituam as reivindicações e conquistas históricas das classes trabalhadoras (IDEM, p. 35).

Assim, no Brasil assistimos a desregulamentação dos direitos constitucionais, a regressão do direito ao trabalho, a segregação da classe trabalhadora e o culto à

iniciativa privada, alimentada pelo discurso da ineficiência do Estado e, conseqüentemente, as privatizações das empresas e serviços públicos.

No que diz respeito ao Serviço Social, podemos inferir que todas as mudanças indicadas incidem na profissão no que diz respeito às suas demandas e também no fato do assistente social também ser um trabalhador assalariado e que, portanto, vivencia todas as mudanças do mercado de trabalho.

O Serviço Social, a partir da reestruturação produtiva, tem seu leque de requisições e demandas diversificado e conseqüentemente, também é diversificada a sua inserção nos diferentes processos de trabalho.

Todas as mudanças trazidas pela reestruturação produtiva carregam a necessidade de conformação de um comportamento favorável da classe trabalhadora a elas, ou melhor, é preciso que a classe trabalhadora incorpore como sendo dela os objetivos da reestruturação e, portanto, adquiram um novo comportamento produtivo:

O principal eixo deste redirecionamento consiste na implementação de novas modalidades de gestão da força de trabalho, que permitam a formação de um novo comportamento produtivo do trabalhador, baseado na confiabilidade e no envolvimento do mesmo com os objetivos da empresa (CESAR, 2010, p. 116).

O assistente social, historicamente, é um dos profissionais chamados pelo Estado para operar esse consenso da classe trabalhadora em relação aos objetivos da classe dominante. A partir da reestruturação produtiva, o papel desempenhado por esse trabalhador torna-se mais difuso:

Nos anos 90, as requisições feitas ao assistente social passaram a ser mediadas por novas formas de controle da força de trabalho, exigindo formulação de estratégias de atuação que se definem, também, em função das condições de trabalho dos profissionais (IDEM).

Assim, são colocadas novas requisições à profissão, que teve que se organizar internamente para respondê-las. O que podemos observar é que, como colocado pela autora na citação acima, o profissional é chamado ao controle da

força de trabalho, ou seja, à adequação dessa ao comportamento produtivo exigido pelo capital, o que explicita que os empregadores do assistente social demandam dele uma prática de enquadramento, como também o era demandado às protoformas do Serviço Social.

Com a flexibilização são conformados programas de incentivo à produtividade e programas que chamam o empregado a ser uma parte ativa da empresa enquanto um colaborador que, inclusive, deve controlar seu trabalho e também o do outro, visando à consecução dos objetivos de produção. As empresas investem também em programas de treinamento para seus trabalhadores e em “benefícios”. Todas essas providências objetivam o envolvimento dos trabalhadores com as metas capitalistas e, portanto, o comportamento produtivo almejado.

Outra nuance a ser destacada é a qualidade. A década de 1990 inaugura a cultura da qualidade. Uma vez que a competitividade capitalista é acirrada, principalmente pela abertura da economia frente ao mercado internacional, a qualidade dos serviços e produtos é característica fundamental para a lucratividade. Os programas de qualidade total são voltados à produtividade, à redução dos custos de produção, racionalização da organização do trabalho e melhoria do clima do trabalho, que deveria ser favorável à produtividade.

Por isso, é colocada à profissão a necessidade de aprimoramento constante e qualificação frente às novas demandas do capital.

Tais exigências, ao tempo em que reeditam demandas históricas ao Serviço Social nas empresas, também determinam novos conteúdos para a prática e modificam substantivamente as condições de trabalho do profissional. De modo geral, o quadro de intensificação de precarização do trabalho, que afeta o conjunto dos trabalhadores das empresas, também atinge o assistente social e, no caso das empresas pesquisadas, torna-se uma das variáveis que determina a redefinição de algumas das práticas dos profissionais. Neste sentido, os profissionais do Serviço Social, ao redefinirem algumas de suas ações, sofrem injunções não apenas dos novos princípios e necessidades que regem as políticas de recursos humanos, mas de suas próprias condições de trabalho.

(...)

Estas mudanças, por sua vez, impactam na prática profissional, através de dois vetores: a) o da atualização das demandas profissionais; b) o das condições de trabalho do próprio profissional (IDEM, p. 125 e 126).

Assim, entendemos que a reestruturação produtiva significou, para o Serviço Social, novas demandas e formas de inserção diferenciadas no mercado de trabalho profissional¹⁷. É desse período que data a inserção dos assistentes sociais em áreas como Responsabilidade Social, Recursos Humanos, Saúde Mental, Saúde do Trabalhador, entre outras. O Serviço Social alarga seu campo de ações, também atuando no planejamento e gestão das políticas sociais e em atividades de consultoria, mesmo que seu status de “executor terminal de políticas sociais”, termo calcado por Netto, ainda seja o que prevalece de demanda à profissão. Portanto, a profissão teve que se organizar para responder a tais demandas e, enquanto partícipe da força de trabalho, os assistentes sociais também sofreram as inflexões da reestruturação, como o desemprego e a exigência de um profissional com múltiplas competências.

Finalmente,

Verificamos que as empresas continuam a contratar o assistente social para desenvolver um trabalho de cunho assistencial e educativo junto ao empregado e a sua família. Busca-se, através desse trabalho, responder aos problemas sociais dos trabalhadores, que afetam a produtividade no trabalho, associados ora às carências materiais que enfrentam, ora aos comportamentos inadequados ao processo de produção, ou seja, problemas relacionados às condições de vida, ao relacionamento familiar, à disciplina fabril e à inadaptação ao trabalho (IDEM, p. 127).

Para que os resultados sejam alcançados é preciso que o trabalhador esteja engajado e para isso é necessário que ele tenha as suas necessidades consideradas, razão pela qual são modelados os programas de incentivo à produtividade, de prêmios por desempenho, de benefícios, políticas de recursos humanos, saúde do trabalhador, entre outros. Tais iniciativas e programas podem ser

¹⁷A reestruturação produtiva não fica circunscrita somente ao âmbito empresarial.

operacionalizados pelo assistente social, mas também por outros profissionais do social, o que indica, mais uma vez, a prática indiferenciada e, como já colocado, a necessidade de enquadramento da classe trabalhadora também demonstra a não diferenciação em relação aos resultados práticos das protoformas e do Serviço Social.

3.1.3 Financeirização e Indiferenciação Profissional

A partir do momento que as relações capitalistas avançam, conforma-se um novo tipo de capital, denominado capital financeiro, que nada mais é do que a junção entre capital industrial e capital bancário ou portador de juros, que “ao fundir-se com o capital industrial altamente concentrado e centralizado, submete-o a sua dinâmica de atuação, na qual ganha destaque o capital fictício” (SILVA, 2012, p. 214).

Essa relação é ainda mais emblemática quando atentamos para o fato de que a esfera produtiva é a única que realmente produz valor. A esfera das finanças, porém, subjuga a esfera produtiva às suas necessidades de lucro presente e futuro, ou seja, da especulação, que é desproporcional à produção real:

A esfera estrita das finanças, por si mesma, nada cria. Nutre-se da riqueza criada pelo investimento capitalista produtivo (...) Nessa esfera, o capital aparece como se fosse capaz de criar “ovos de ouro”, isto é, como se o capital-dinheiro tivesse o poder de gerar mais dinheiro no circuito fechado das finanças, independente da retenção que faz dos lucros e dos salários criados na produção. O fetichismo das finanças só é operante se existe produção de riquezas, ainda que as finanças minem seus alicerces ao absorverem parte substancial do valor produzido (IAMAMOTO, 2012, p. 109).

Segundo Silva, “quando o capital portador de juros passa a operar com a especulação, com a acumulação futura, descolada de sua base real, material, como no caso dos títulos públicos, tem-se o capital fictício” (2012, p.213), que aparece como capaz de produzir por si só valor, descolado da produção da vida material.

O que presenciamos atualmente é a financeirização do capital, forma pela qual o capital superacumulado, que “permaneceu no circuito da circulação buscando valorizar-se nesta esfera” (NETTO e BRAZ, 2010, p. 231); isso significa que ocorre aumento dos fluxos financeiros em âmbito global, possíveis devido à mundialização do Capital:

O que vem se passando no capitalismo contemporâneo é o fabuloso crescimento (em função da superacumulação e da queda das taxas de lucros) dessa massa de capital dinheiro que não é investida produtivamente, mas que succiona seus ganhos (juros) da mais-valia global – trata-se, como se vê, de uma sucção parasitária (IDEM, p. 231 e 232).

Assim, a especulação em torno da mais valia presente e futura torna-se o motor dessa economia, e surge também uma classe rentista, que vive dos rendimentos desse capital fictício. E ainda,

O capitalismo com base nas finanças permite que o capital que porta juros, o capital fetiche, ao estender sua lógica para o Estado, por meio fundamentalmente da emissão de títulos da dívida pública, aproprie-se de parte do trabalho excedente constituído em forma de políticas sociais e ainda, por meio do crédito, se aproprie do trabalho necessário ao inserir a classe trabalhadora no circuito das finanças à custa do seu endividamento e também por meio dos fundos de pensão eu operam com os rendimentos da classe trabalhadora para a capitalização no mercado financeiro (SILVA, 2012, p. 216).

A citação acima expressa como o Brasil está inserido nessa lógica, mais diretamente no que diz respeito aos direitos de seguridade social e as formas de enfrentamento da questão social.

Como já discutimos nos itens 3.1.1 e 3.1.2, o neoliberalismo e a reestruturação produtiva incidiram de forma dura sobre os direitos dos trabalhadores, sob o pretexto da crise fiscal do Estado e indicando tais direitos como os grandes oneradores da economia. Nesse sentido, percebemos a racionalização dos gastos com os direitos sociais, incentivando a mercantilização da previdência e da saúde e priorizando a assistência, que torna-se a política central de enfrentamento da pobreza, principalmente via programas de transferência de renda.

Os “programas de combate à pobreza” surgem sob recomendações dos organismos internacionais, principalmente do Banco Mundial, como condição para o estabelecimento de acordos da dívida externa. Para Maranhão (2006), essa política possui duas direções: de um lado a construção de um aparato ideológico capaz de distorcer as causas e manipular os números da pobreza mundial, e de outro, o desenvolvimento de políticas sociais de renda mínima para os considerados pobres. A expansão desses programas foi acompanhada pela mercantilização de serviços públicos essenciais, como foi o caso da saúde, previdência e educação (IDEM, p.221).

Silva destaca ainda que ocorre a monetarização dos benefícios, o que é o mesmo que dizer que o fundo público é transferido tanto para o público-alvo dos programas de transferência de renda, quanto para os bancos que “para efetuar o repasse dos benefícios dos programas de transferência de renda, as agências bancárias recebem do Estado uma remuneração” (2012, p. 224). Assim, o capital também é remunerado através dessas iniciativas estatais, como o Benefício de Prestação Continuada (Constitucional) e o Programa Bolsa Família (programa de governo) e, portanto, a financeirização é alimentada

É importante ressaltar, mais uma vez, que não estamos negando a importância de tais iniciativas em relação ao seu público-alvo, visto que “para famílias que nada possuíam, receber uma quantia, ainda que ínfima, de recursos para o provimento de suas necessidades mais básicas é, sem dúvida um ganho importante para a melhoria de suas condições de vida” (IDEM, p. 237). Destacamos, porém, segundo Granemann (2007), que essas rendas recebidas pelos mais pobres também tem funcionalidade ao capital, visto que integram tais pessoas ao mercado consumidor e também elevam as transações financeiras, visto que o recebimento dos benefícios se faz através de um banco, estatal ou privado, transformando o cidadão em consumidor.

Assim, os recursos que poderiam ser usados para potencializar as políticas sociais e atender as reais necessidades da classe trabalhadora são usados em favor da classe capitalista. Esse contexto incide no Serviço Social principalmente através

da via das condicionalidades. Uma vez que o orçamento é racionalizado e incide nas políticas sociais, alargam-se os critérios de acesso aos benefícios e direitos sociais, principalmente o Bolsa Família, mas também o Benefício de Prestação Continuada, por exemplo, o que impacta o Serviço Social, profissional que é identificado como aquele que atua diretamente com a população e, portanto, faria esse controle junto aos usuários.

3.2 Prática Indiferenciada na Atualidade

A conjuntura de resposta do capital às suas crises acima apresentada incide nos espaços ocupacionais do Serviço Social, uma vez que a categoria diz respeito a uma profissão assalariada. Iamamoto (2012) aponta que o maior desafio enfrentado atualmente pela categoria é a efetivação do Projeto Profissional no cotidiano do trabalho do assistente social. Para isso, é necessária a articulação das dimensões ético-política, acadêmica e legais que dão sustentação à profissão. Requer a análise das condições sócio históricas que circunscrevem o trabalho do assistente social e o reconhecimento da sua condição assalariada, o que quer dizer reconhecer que embora o agente profissional disponha de autonomia, a mesma é relativa, já que o assistente social está inserido em uma relação de venda de sua força de trabalho, na qual não é detentor dos meios de trabalho e tem que se submeter às relações de força dentro do espaço ocupacional, ao cumprimento de metas, entre outros.

Quanto ao parâmetro legal, no que tange às atribuições privativas e competências presentes na Lei de Regulamentação Profissional de 1993, a autora destaca que esse é um instrumento legal, mas que seu reconhecimento e realização efetiva na prática cotidiana dependem da organização profissional, ou seja, a lei tem limites a ela intrínsecos enquanto um instrumento normativo, cabendo à categoria

dar direção ao instrumento legal segundo seu Projeto Profissional. Porém, também devemos atentar para o fato de que a dupla indiferenciação do Serviço Social (em relação às protoformas e às outras profissões do social) independe da vontade do assistente social e, portanto, que as leis profissionais não são capazes de superar a indiferenciação, mas sim dar direção ao exercício profissional.

Iamamoto ainda destaca, assim como Netto frisa na tese da estrutura sincrética, que o Serviço Social é conformado por fatores internos e externos: é parte da divisão social e técnica do trabalho e, portanto, responde a demandas históricas a ele colocadas pela sociedade capitalista, caracterizada como fator externo; e enquanto fator interno identificamos o arsenal teórico e prático da categoria para responder às demandas a ela colocadas. O universo das demandas colocadas ao Serviço Social diz respeito às expressões da questão social, que na contemporaneidade assumem novas roupagens e são acentuadas nessa terceira fase do capitalismo monopolista. A questão social é enfrentada, assim, em uma conjunção entre assistência focalizada e repressão. As estratégias de enfrentamento colocam a necessidade de articulação política do Serviço Social com outras profissões ou instâncias democráticas e ainda, a necessidade de retomada do trabalho de educação ou mobilização popular.

Cabe destacar que os indivíduos tem essa realidade materializada em suas vidas, mas experimentam os “impactos” de maneira individual, o que deve ser considerado pela profissão: o macro e o micro dessa dinâmica, sem perder nunca de vista que o individual é expressão de uma dinâmica maior, traduzida na Lei Geral de Acumulação Capitalista. Assim, torna-se importante também conhecer a fundo a população atendida pelo Serviço Social.

Também é necessário ao assistente social a capacitação e aprimoramento constante, uma vez que a categoria atua para além de seu papel de ser o profissional “executor terminal de políticas sociais”. Nesse sentido, a apropriação dos novos espaços ocupacionais deve se dar segundo os princípios éticos e políticos da profissão. Dessa maneira, ao passo que a categoria tem seu espaço de atuação alargado, entendemos que a polivalência que tal fato expressa é indício de que a tese da prática indiferenciada é atual.

No trecho a seguir, Iamamoto parece estar dialogando com a questão da especificidade da profissão:

Importa afirmar enfaticamente que tratar as particularidades de uma profissão na divisão social e técnica do trabalho não significa uma regressão aos velhos dilemas presentes na busca de uma suposta especificidade profissional aprisionada nos muros internos da profissão, em geral reduzida à dimensão dos métodos e técnicas do Serviço Social", tal como o estabelecido pela tradição conservadora da profissão. Não se pode confundir o debate sobre os espaços, atribuições e competências profissionais, tal como o aqui efetuado, com aquela noção de especificidade que esvazia o exercício profissional das relações sociais em que se realiza do contexto dos organismos empregadores, das relações e condições de trabalho e de suas implicações teóricas, metodológicas e ético- -políticas presentes no conteúdo e no processamento do trabalho. É o conjunto dessas múltiplas determinações, de caráter sócio-histórico e profissionais, que atribuem particularidade a uma profissão na divisão social e técnica do trabalho. Entretanto é mister reconhecer que velhas propostas profissionais ressurgem hoje com novas faces e roupagens (2012, p. 64).

A autora ainda defende que o envolvimento dos assistentes sociais em atividades de terapias ou socioterapias não está previsto nas competências profissionais, visto que o Serviço Social não tem base para tal em sua formação acadêmica. Finalizando, aponta para o “voluntariado” enquanto uma estratégia neoliberal de desresponsabilização do Estado e desmonte de direitos sociais universais. Tal atividade envolve a desqualificação e desprofissionalização do trato da questão social, com repercussão nos trabalhadores sociais, a exemplo do Serviço Social.

Mais recentemente, lamamoto (2008), ao analisar os impactos da contrarreforma do ensino superior dos anos 2000 na formação profissional, desdobrou sua análise iniciada nos anos de 1990 acerca dos efeitos do neoliberalismo sobre o mercado profissional do assistente social, indicando que o crescimento vertiginoso de matrículas e cursos no Serviço Social processados a partir do governo Lula – especialmente pela via do ensino à distância - pode ser lido como a criação de “um exército assistencial de reserva”, um recurso de qualificação do voluntariado no reforço do chamamento à solidariedade enquanto estratégia de ocultamento das desigualdades de classe e da radicalização da exploração do trabalho.

Mota e Amaral (2010) parecem dialogar também com lamamoto e com a prática indiferenciada. As autoras indicam que o desafio do Serviço Social diante da reestruturação produtiva são as novas modalidades de produção e reprodução da força de trabalho, que passam a exigir a refuncionalização da prática, conforme também aponta lamamoto. Esse processo se daria em dois planos: nas alterações do mercado e das condições de trabalho e no surgimento de novas problemáticas, que demandam competências profissionais estratégicas para poder responder a tais problemáticas de forma qualificada. A reprodução da profissão estaria calcada exatamente na sua capacidade de responder a essas demandas institucionais e às da classe trabalhadora.

Para Cesar (2010), a ação do Serviço Social é demandada pelos empregadores para a socialização de valores e comportamentos para a integração às exigências de produtividade, também apontando para o papel ideológico demandado à profissão.

No que tange à indiferenciação do Serviço Social frente às outras profissões do denominado campo do trabalho social, julgamos importante recorrermos à obra

de Verdes-Leroux, “O trabalhador Social”, que mesmo sendo da década de 1960 nos ajuda a compreender o mercado de trabalho profissional atual a partir de como ele foi conformado. No capítulo 3 da referida obra, a autora aborda os diversos tipos de trabalhadores do social e explica o processo de constituição dessas profissões (conselheira em economia familiar e social, trabalhadora familiar, superintendente, delegado para a tutela, educadores, entre outros):

Essas profissões constituíram-se a partir de ações filantrópicas, sob uma dominante católica. Essa origem “vocacional” lhes conferem um conjunto de traços comuns, que as tentativas recentes, visando definir uma tecnicidade própria ao trabalho social, não conseguiram apagar (1986, p.80)

A prática indiferenciada dos trabalhadores do social e do assistente social, analisada pela referida autora, pode ser ilustrada na citação abaixo que trata da atuação da “conselheira em economia familiar e social”:

É a versão moderna da monitora de ensino doméstico. Nasce na mesma época e nos mesmos ambientes que a assistência social. E, tanto quanto ela, apresenta seu projeto com a clareza que então se permitia (...) Através da difusão de conhecimentos prosaicos e de regras de vida simples, o ensino doméstico pretendia trabalhar na formação de um proletariado dócil, pontual, cômico de suas obrigações (...) Não tendo, como a assistência, um caráter político imediato, ele exerce, entretanto, uma ação ideológica destinada a dotar a classe operária de uma moral estóica (...) esforça-se por transformar as mentalidades, os hábitos, os ritmos e modos de vida relacionados com outras formas de atividade” (IDEM, p.88).

Para a autora, que analisou a prática indiferenciada dos trabalhadores do social no século XX, o que seria comum a todas essas categorias, inclusive ao Serviço Social, é o papel ideológico frente à classe trabalhadora em determinada conjuntura histórico-econômica, o capitalismo. Tais elementos continuam presentes na atualidade e apontam que a prática indiferenciada é atual, e mais, que o neoliberalismo aprofunda a demanda pela programação do cotidiano, uma vez que para que as suas medidas sejam cumpridas, é preciso que haja um maior empenho em medidas ideológicas para consentimento dos trabalhadores em torno de seu projeto de sociedade, conforme demonstramos anteriormente no ponto em que tratamos do neoliberalismo neste capítulo.

Vejamos o que Lamamoto pontua em relação ao Serviço Social:

O Assistente Social é solicitado não tanto pelo caráter propriamente “técnico-especializado” de suas ações, mas, antes, e basicamente, pelas funções de cunho “educativo”, “moralizador” e disciplinador que, mediante um suporte administrativo-burocrático, exerce sobre as classes trabalhadoras (2011, p.42).

O Serviço Social e a “conselheira em economia familiar e social” intervêm no âmbito de reprodução das relações sociais capitalistas, atuando com um viés educativo em suas ações profissionais, além de serem chamados a reproduzir a ideologia burguesa e controlar e adaptar os indivíduos à lógica da produção. De uma maneira geral, a função dos trabalhadores sociais é o controle ideológico das classes dominadas. Portanto, os resultados esperados dessas profissões distintas – incluindo o Serviço Social - são, no entanto, os mesmos, ou seja, não se diferenciam: a programação do cotidiano, que expressa, mais uma vez, a prática indiferenciada.

Conforme viemos afirmando, a indiferenciação do Serviço Social se dá em dois âmbitos: em relação às suas protoformas e em relação às outras profissões do social. Analisaremos agora cargos ou profissões atuais que podem lançar luz sobre esse tema. O primeiro cargo a ser analisado é o de conselheiro tutelar, que tem as seguintes atribuições, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar:

I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;

II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;

III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;

V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;

VII - expedir notificações;

VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;

XI - representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do pátrio poder.

XII - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.

XII - promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes. (Incluído pela Lei nº 13.046, de 2014)

Parágrafo único. Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará incontinenti o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família.

As atividades de educação e aconselhamento realizadas pelos conselheiros tutelares são atividades muito semelhantes àquelas que o assistente social desenvolve nas instituições em que trabalha, como nos hospitais. A esse profissional são requisitadas,

Historicamente, orientação e acompanhamento (...) termos largamente utilizados pelos assistentes sociais, como executores terminais das políticas sociais, para referenciar um arco bastante grande de ações profissionais que se desenvolvem em diversos espaços sócio-ocupacionais (MIOTO, 2009, p.2).

Além disso, podemos recorrer também à Lei 8.662/93, a Lei de Regulamentação da Profissão, que coloca em seu artigo 4º as seguintes competências ao assistente social:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;

III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;

IV - (Vetado);

V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;

VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;

IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social; XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Assim, entendemos que quando falamos de competência, estamos nos referindo a atividades para as quais o assistente social tem preparo técnico, e não que são exclusivas do mesmo. Como tentamos demonstrar, outras profissões podem compartilhar dessas competências e alimentar a prática indiferenciada.

Outro profissional do social que seria concorrente do assistente social é o Agente Comunitário de Saúde, um profissional de nível médio criado pela Lei nº 11.350/2006. Suas atribuições, segundo essa lei, são as seguintes:

Parágrafo único. São consideradas atividades do Agente Comunitário de Saúde, na sua área de atuação:

I - a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade;

II - a promoção de ações de educação para a saúde individual e coletiva;

III - o registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde;

IV - o estímulo à participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde;

V - a realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família; e

VI - a participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida.

Art. 4º O Agente de Combate às Endemias tem como atribuição o exercício de atividades de vigilância, prevenção e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor de cada ente federado.

Algumas atividades desenvolvidas pelo agente comunitário, como as dos incisos II, IV, V e VI também são atribuídas aos assistentes sociais nas instituições em que atua. A atuação do Serviço Social em ações de promoção da saúde é bastante conhecida, assim como a ação junto aos usuários para que estes façam parte das esferas de discussão das políticas de saúde, o que podemos chamar de mobilização. Entretanto, diferente do agente comunitário, a atuação do assistente social, segundo o CFESS, carrega uma dimensão ética-política própria:

As ações socioeducativas e/ou educação em saúde não devem pautar-se pelo fornecimento de informações e/ou esclarecimentos que levem a simples adesão do usuário, reforçando a perspectiva de subalternização e controle dos mesmos. Devem ter como intencionalidade a dimensão da libertação na construção de uma nova cultura e enfatizar a participação dos usuários no conhecimento crítico de sua realidade e potencializar os sujeitos para a construção de estratégias coletivas. Dessa forma, tem-se por objetivo a consciência sanitária¹⁸, conceito fundamental da Reforma Sanitária (CFESS, 2013, p.53).

O assistente social também realiza visitas domiciliares e nesse ponto é importante ressaltar que tal profissional deve fazer uma análise crítica de sua atuação para que tal atividade não seja policalesca para com a vida dos usuários.

Ainda sobre as visitas domiciliares, o Estado de São Paulo desenvolve um Projeto chamado “Bandeirantes de Erradicação da Extrema Pobreza¹⁹, caracterizado como uma ação para localizar as famílias em extrema pobreza no Estado. Dentre os profissionais atuantes no programa, um deles é o Visitador Social. As informações a seguir estão no “Manual do Visitador Social”²⁰. As atribuições do Visitador Social são as seguintes:

O Visitador Social é um ator com muita responsabilidade neste programa. Ele visita as casas para realizar as entrevistas e precisa estar atento para observar e perceber as condições de vida da família, suas ausências que podem não estar nas respostas ao questionário. A família pode, inclusive, optar por omitir informações que considere constrangedoras ou irrelevantes. Cabe ao Visitador Social estar atento ao ambiente familiar para identificar possíveis situações não reveladas.

¹⁸O termo é de Berlinguer, e significa dizer que é a tomada de consciência pelos sujeitos de que a saúde é um direito.

¹⁹O projeto, de iniciativa do governo do Estado de São Paulo, tem como objetivo erradicar a extrema pobreza e promover a mobilidade social dos indivíduos. O projeto articula ações do âmbito federal, estadual e municipal com os Programas Bolsa Família e Renda Cidadã. Seu público-alvo são as famílias cuja renda não alcança R\$ 70,00 reais per capita mensais no Estado de São Paulo, o que, segundo o Projeto, corresponde a um total, aproximado, de 300 mil famílias ou 1 milhão de pessoas.

²⁰Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/321.pdf>

O trecho abaixo, do mesmo Manual, destaca a inespecificidade da prática desse “agente do social”: o visitador pode ser qualquer profissional ou pessoa de referência dentro de uma comunidade.

A própria rede social tem liberdade de escolher quem fará parte deste grupo de trabalhadores sociais, mas, para exemplificar, podemos citar: lideranças comunitárias, lideranças religiosas, médicos, professores, assistentes sociais, agentes de saúde, agentes comunitários, educadores sociais, jovens, pessoas comuns que sejam referências nas comunidades, sindicalistas, promotores, juízes, defensores, religiosos, entre outros.

As visitas domiciliares, no âmbito dos agentes comunitários e do “Projeto Bandeirantes”, estão sendo atribuídas a profissionais ou a pessoas de notável reconhecimento dentro da rede social, qualificados ou não para realizá-las.

O que peculiariza a visita social enquanto atividade historicamente atribuída ao assistente social é a discussão sobre a sua orientação político-ideológica. Assim, as entidades da categoria buscam assegurar um direcionamento ético-político para que a visita social no âmbito do Serviço Social não se caracterize como um policiamento dos comportamentos ou comprovação de informações antes fornecidas pelos usuários, conforme já indicamos anteriormente:

As visitas domiciliares são importantes instrumentos a serem utilizados por assistentes sociais porque favorecem uma melhor compreensão acerca das condições de vida dos usuários, que envolvem a situação de moradia (residência e bairro) e as relações familiares e comunitárias. Portanto, faz com que o profissional, a partir do conhecimento da realidade do usuário, tenha mais elementos para buscar o alargamento dos direitos sociais que podem ser acessados por esse usuário. Nesse sentido, não pode ser utilizada como meio de verificação de dados fornecidos pelo usuário. Deve-se superar qualquer perspectiva de fiscalização dos modos de vida da população, que também envolvem sua cultura e suas rotinas (CFESS, 2013, p.42).

É interessante também destacarmos, a título de exemplo da prática indiferenciada, duas novas profissões do social que emergiram no Brasil a partir da década de 1990.

A primeira delas é o Gestor de Políticas Públicas, que de acordo com o “Guia do Estudante”, da Abril, desenvolve “atividades relacionadas ao diagnóstico e

planejamento, à execução e avaliação das ações e políticas estabelecidas pelo governo, nas esferas federal, estadual e municipal, de prestação de serviços para a sociedade em geral.”²¹. O Serviço Social, portanto, enquanto profissional que tem na questão social seu objeto de trabalho e, conseqüentemente, as políticas sociais como instrumentos de trabalho, concorreria com os gestores de políticas públicas.

Outro profissional é o bacharel em saúde coletiva, que segundo o “Guia do Estudante”, dentre suas atribuições, “dirige, planeja, administra e supervisiona as políticas sociais de saúde de órgãos públicos ou privados”²². Acerca dessa análise, devemos destacar também que, historicamente, a saúde é um dos campos que mais emprega assistentes sociais no Brasil e no mundo, e que os profissionais de saúde coletiva, também segundo o “Guia do Estudante”, são “responsáveis por programas de vigilância sanitária, epidemiológica, ambiental e campanhas de promoção da saúde (vacinação, saúde da mulher, antitabagismo, por exemplo)”, atividades de promoção de saúde, que também são demandadas aos assistentes sociais em hospitais, por exemplo.

Assim, o gestor de políticas públicas e o profissional de saúde coletiva, além de serem exemplos de indiferenciação em relação ao Serviço Social, também o são quando relacionados entre si, o que reforça a prática indiferenciada no campo dos trabalhadores do social.

²¹Disponível em: <http://guiadoestudante.abril.com.br/profissoes/administracao-negocios/gestao-politicas-publicas-686422.shtml>.

²²Disponível em: <http://guiadoestudante.abril.com.br/profissoes/saude/saude-coletiva-601876.shtml>.

Considerações Finais

Ao longo de toda a monografia intentamos nos aproximar da complexa e pouco debatida tese do sincretismo do Serviço Social elaborada pelo professor José Paulo Netto.

Dentre os resultados, ainda que provisórios, desse esforço de aproximação, vale destacar os mais importantes. O primeiro diz respeito à riqueza da tese acima referida para o debate sobre a conformação atual do Serviço Social. Conforme pudemos verificar, a aparente polivalência e inespecificidade operatória do Serviço Social não são uma questão interna à profissão. Antes, decorrem da sua prática sincrética, cujos fundamentos materiais escampam ao controle dos agentes profissionais.

São esses fundamentos, aliás, que permitem explicar a institucionalização no passado recente da era monopolista – especialmente no capitalismo tardio - de diversos outros trabalhadores do social que também atuam sobre a questão social no âmbito do cotidiano com atribuições muito próximas da manipulação de variáveis empíricas, exigida dos assistentes sociais.

Além disso, vimos como as respostas do grande capital à queda da taxa de lucros quando chega ao fim a onda longa expansiva na segunda metade de 1970, fazem proliferar profissões e agentes sociais que são chamados a desempenhar um papel semelhante ao do assistente social.

Se corretas as análises acima, podemos dizer que aí se localizam as bases materiais que alimentam as constantes crises de identidade profissional, conforme já indicava Netto - crises que se expressam num questionamento permanente acerca do papel do Serviço Social e das demandas que ele deve responder.

Um segundo resultado do nosso estudo corresponde à capacidade que as entidades do Serviço Social (especialmente o CFESS/CRESS) têm de responder a essas constantes crises.

Tais entidades têm cumprido um papel importante na defesa do Código de Ética Profissional e da Lei de Regulamentação Profissional, uma das principais conquistas profissionais desde o III CBAS, ao estimularem o uso dessas legislações no cotidiano profissional na perspectiva que a categoria, através delas, possa defender suas prerrogativas e ocupar com qualidade teórica, técnica e ético-política espaços no mercado. Tal defesa tem possibilitado aos profissionais negar que lhe sejam imputadas atividades que não são de sua competência, como notificar sem a participação de outros profissionais da equipe de saúde a morte às famílias de vítimas em hospitais ou atuar em atividades que são meramente administrativas, como a procura por leitos em hospitais.

Porém, é importante ressaltar que as legislações por si só não são suficientes para dirimir os diversos problemas de competência profissional que emergem no mercado sem a efetiva mobilização e luta da categoria. Ademais, há que se ter clareza que as legislações e resoluções não podem suprimir o sincretismo da prática.

É interessante observar algumas resoluções emanadas pelo CFESS: a nº 569, de 25/3/2010, que veda a realização de terapias pelo assistente social; a nº 554, de 15/9/2009, que versa sobre o não reconhecimento da inquirição de vítimas crianças e adolescentes através do Depoimento sem Dano; e a nº 383, de 29/3/1999, que caracteriza o assistente social como profissional da saúde, mas não exclusivamente dessa área.

Tais resoluções e a Lei de Regulamentação da Profissão, através do artigo das atribuições privativas do assistente social, realizam ligação direta com o que estudamos durante essa monografia, a prática indiferenciada. Elas são mecanismos utilizados para delimitar e guiar a prática indiferenciada do Serviço Social.

Dessa maneira, continuamos afirmando que o específico do Serviço Social é a sua “inespecificidade operatória”, conforme Netto colocou, mas que os assistentes sociais não são inertes em relação ao sincretismo da prática - que é conformado por elementos que independem da profissão – conforme demonstram as lutas da categoria expressas nas legislações e resoluções e no posicionamento dos Conselhos acerca da competência dos assistentes sociais.

O último resultado da nossa pesquisa indica que a prática indiferenciada pode ser avaliada em seu duplo aspecto: positivo e negativo. De um lado, a indiferenciação da atividade do assistente social – que se expressa na aparente polivalência da prática -, que conforme destaca Netto, pode “se converter num sucedâneo de estratégia profissional” (2011, p. 106). Isto quer dizer que os assistentes sociais podem se favorecer dela, portanto, para ocuparem novos espaços profissionais.

Por outro lado, essa mesma aparente polivalência, quando entendida enquanto a inexistência do que faz o assistente social, não só para os próprios profissionais, mas também para seus empregadores, pode abrir espaços, que deveriam ser ocupados por assistentes sociais qualificados teórica e tecnicamente, para outros profissionais do social, de nível superior ou não, levando a perda de mercado de trabalho.

Finalmente, encerraremos nossas reflexões com uma discussão muito importante para o Serviço Social. Iamamoto (2008) aponta que a emergência de novas

profissões e agentes do social está vinculada a uma alteração de cunho neoliberal nas respostas do Estado às sequelas da questão social. A direção dessa alteração é a da afirmação de um tratamento moralizante da questão social pelo Estado e pela sociedade burguesa. A autora coloca, ainda, que a saída que a categoria pode encontrar nesse cenário de concorrência com diversos outros atores e profissões do social está na qualificação do assistente social.

Tal qualificação enfrenta como problemática de fundo a proliferação de instituições de ensino superior privadas e também da Educação à Distância, resultados das alterações promovidas pelo governo Lula no ensino superior, ao pretender uma profissionalização do voluntariado, o que converge com as orientações neoliberais que FHC empreendeu por outra via - o chamamento do voluntariado -, e que indicam uma desqualificação no tratamento dispensado pelo Estado à questão social. Ambas tem o efeito de fortalecer uma cultura de solidariedade e uma resposta moralizadora para as expressões da questão social. Tal dinâmica

É compatível com a premissa de que o mercado, - leia-se o capital – é portador da racionalidade sociopolítica e o agente principal do bem-estar da República. Ela tende a deslocar direitos sociais, entre os quais a educação superior, para o setor de prestação de serviços definido pelo mercado, segundo critérios de produtividade, competição e eficiência, desfigurando-a e mutilando-a, ao tempo que comprime o espaço público e amplia o espaço privado (IAMAMOTO, 2012, p. 2012, p. 438).

E ainda,

A pulverização e massificação da formação universitária voltada à sua adequação às “demandas flexíveis do mercado” estimulam o reforço de mecanismos ideológicos direcionados à submissão dos profissionais às “normas do mercado”, parte da estratégia do grande capital na contenção das contradições sociais e políticas condensadas na questão social. Os desdobramentos envolvem um processo de despolitização da categoria, decorrentes, ainda, isolamento do processo de ensino envolvido no EAD e falta de experiências estudantis coletivas na vida universitária (IAMAMOTO, 2012, p. 441).

Assim, compreendemos que o resultado é o crescimento dos números de cursos de Serviço Social e das matrículas e que a qualificação profissional necessária para o enfrentamento da concorrência profissional no mercado pode estar com-

prometida pela formação massificada, que pode ou não estar de acordo com as diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. O efeito dessas vias de rebaixamento das repostas às desigualdades sociais produzidas pelo capitalismo sobre o mercado profissional é não só a do aviltamento das condições de trabalho e do salário dos assistentes sociais; é, sobretudo, uma ameaça a permanência da direção social do projeto profissional.

Bibliografia

BARAN, Paul A. *A Economia Política do Desenvolvimento*. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990.

_____. Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993.

_____. Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e Capital Monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. 2ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *A Política de Seguridade Social no Brasil*. In: CFESS e ABEPSS (Orgs.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009.

_____; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CASTELO, Rodrigo. *O Social-Liberalismo Brasileiro e a Miséria Ideológica da Economia do Bem-Estar*. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). *Desenvolvimentismo e Construção de Hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2012.

CESAR, Mônica de Jesus. *Serviço Social e Reestruturação Industrial: requisições, competências e condições de trabalho profissional*. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). *A Nova Fábrica de Consensos*. São Paulo: Cortez, 2010.

CFESS. *Código de Ética Profissional do Assistente Social*. Brasília: CFESS, 1993.

_____. *Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Saúde*. Brasília, 2013.

COSTA, Maria Dalva Horácio. *O trabalho nos serviços de saúde e a inserção dos(as) assistentes sociais*. In: Revista Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, n°. 62, 2000.

FALEIROS, Vicente de Paula. *A Política Social do Estado Capitalista*. São Paulo: Cortez, 2000.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Manual do Visitador Social*. Disponível em:

<http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/321.pdf>.

Acesso em: 10 de janeiro de 2015.

Guia do Estudante, Abril. *Gestão de Políticas Públicas*. Disponível em:

<http://guiadoestudante.abril.com.br/profissoes/administracao-negocios/gestao-politicas-publicas-686422.shtml>. Acesso em: 10 de outubro de 2015.

_____. *Saúde Coletiva*. Disponível em:

<http://guiadoestudante.abril.com.br/profissoes/saude/saude-688020.shtml>. Acesso

em: 10 de outubro de 2015.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 29 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 23 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. *Projeto Profissional, Espaços Ocupacionais e Trabalho do Assistente Social na Atualidade*. In: CFESS (Org.). *Atribuições Privativas do/a Assistente Social em Questão*. Brasília: CFESS, 2012.

KOSIK, Karel. *Dialética do Concreto*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LEFEBVRE, Henri. *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

LENIN, Vladimir Ilitch. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. 4. ed. São Paulo: Centauro, 2008.

MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. *El Capitalismo Tardío*. México: Ediciones Era, 1979.

MOTA, Ana Elizabete. *A Centralidade da Assistência na Seguridade Social Brasileira nos Anos 2000*. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). *O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, política e sociedade*. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Crise Contemporânea e as Transformações na Produção Capitalista*. In: CFESS e ABEPSS (Orgs.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009.

_____; AMARAL, Angela Santana. *Reestruturação do Capital, Fragmentação do Trabalho e Serviço Social*. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). *A Nova Fábrica de Consensos*. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. *Redução da Pobreza e Aumento da Desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço Social brasileiro*. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). *Desenvolvimentismo e Construção de Hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2012.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. *Orientação e Acompanhamento de Indivíduos, Grupos e Famílias*. In: CFESS e ABEPSS (Orgs.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ ABEPSS, 2009.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo e Reificação*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

_____; CARVALHO, M.C. Brant de. *Cotidiano: Conhecimento e Crítica*. São Paulo: Cortez, 2005.

_____; BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez, 2011.

PASTORINI, Alejandra. *Quem mexe os fios das Políticas Sociais? Avanços e limites da categoria “concessão-conquista”*. In: *Serviço Social & Sociedade* 53. São Paulo: Cortez, 1997.

RUBIN, Isaak Illich. *A Teoria Marxista do Valor*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SANTOS, Joseane Soares. *“Questão Social”: particularidades no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Giselle Souza. *Transferências de renda e monetização das políticas sociais: estratégia de captura do fundo público pelo capital portador de juros*. In: Behring, Boschetti, Granemann, Salvador. (Org.). *Financeirização, Fundo Público e Política Social*. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

SWEEZY, Paul Marlor. *Teoria do Desenvolvimento Capitalista: princípios de economia marxista*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

VERDÈS-LEROUX, Jeannine. *Trabalhador Social: prática, hábitos, ethos, formas de intervenção*. São Paulo: Cortez, 1986.